CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 06/2025
Folha nº 01
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Data: 13 de maio de 2025.

Para: Agente de Contratação;

Assunto: Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

A Câmara Municipal de José Raydan/MG necessita de serviços especializados em manutenção corretiva e preventiva de equipamentos de TI (microcomputadores, impressoras, notebooks) e do sistema de CFTV, garantindo o pleno funcionamento de suas atividades legislativas e administrativas. A contratação de uma empresa especializada assegura: Agilidade no atendimento (redução de tempo de inatividade). Qualificação técnica (equipe certificada em hardware, software e sistemas de segurança). Padronização dos serviços, evitando soluções improvisadas.

Portanto, a necessidade da contratação de uma empresa é uma medida essencial para garantir a continuidade do serviço Público.

Atenciosamente;

José Raydan 13 de maio de 2025

Heuller Mariano Gonçalves

RG: MG 17044059

CPF: 104.860.316-40

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan

Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 06/2025
Folha nº 02
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Documento de Formalização de Demanda

Demandante: Secretaria Geral	
Servidor Responsável pela Demanda: **Heuller Mariano Gonçalves**	
email: camarajraydan@yahoo.com.br	telefone:
Ordenador de Despesa: Heuller Mariano Gonçalves	
Indicação da dotação orçamentária: 001. Câmara Municipal 01.031.0001.2001 Manutenção Atividades Câmara Municipal 3.3.90.36.00 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000.00 3.3.90.35.00 8 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica ficha 10 fonte 1500	
Origem do recurso: Próprio	

A Câmara Municipal de José Raydan/MG necessita de serviços especializados em manutenção corretiva e preventiva de equipamentos de TI (microcomputadores, impressoras, notebooks) e do sistema de CFTV, garantindo o pleno funcionamento de suas atividades legislativas e administrativas. A contratação de uma empresa especializada assegura: Agilidade no atendimento (redução de tempo de inatividade). Qualificação técnica (equipe certificada em hardware, software e sistemas de segurança). Padronização dos serviços, evitando soluções improvisadas.

A manutenção preventiva evita falhas críticas que possam: Paralisar sistemas essenciais (sessões legislativas, atendimento ao público). Comprometer a segurança (vulnerabilidades em softwares, falhas no CFTV). Gerar custos adicionais com reparos emergenciais.

Como a Câmara Municipal já vinha mantendo contratos de serviços profissionais especializados no ramo, a continuidade dessa medida administrativa revela-se oportuna e conveniente para atender o interesse público municipal, diante da falta

de pessoal mais experiente e equipamentos necessários para continuidade do serviço público, com transparência e eficiência para atender a sociedade de de José Raydan/MG.

Diante do exposto, A contratação de uma empresa especializada em manutenção de TI e CFTV é imprescindível para assegurar a eficiência operacional, segurança e continuidade dos serviços públicos da Câmara Municipal de José Raydan/MG, justificando plenamente a realização do processo licitatório nos termos da lei.

Descrição do item:

Item	Descrição	QTD.	UNID.	VALOR TOTAL
	Contratação de pessoa juridica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de seguranças com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.	12	MÊS	

3. Previsão de data em que deve ser iniciada execução dos serviços ou a entrega do(s) material(ais) desejados: janeiro de 2025

Processo nº 06/2025
Folha nº 03
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

4. Indicação do(s) servidor(es) para comporem) a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) *(QUANDO HOUVER NECESSIDADE)* Secretária Geral da Câmara	
Nome: Matrícula	Nome: Matrícula
Nome: Matrícula	Nome: Matrícula
SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO	
(x) FAVORÁVEL: Aprovo o prosseguimento das atividades voltadas à contratação, considerando sua relevância e oportunidade aos objetivos estratégicos e as necessidades da área requisitantes. Dessa forma, solicitamos a instituição de equipe de planejamento e contratação por meio de portaria. ( ) DESFAVORÁVEL: Justificativa ...	

José Raydan 13 de maio de 2025

Heuller Mariano Gonçalves

presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG
Biênio 2025/2026

Processo nº 06/2025
Folha nº 04
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Processo nº 06/2025
Folha nº 05
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Data: 13 de maio de 2025.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN;

Assunto: **Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.**

Nos termos da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, Considerando a necessidade da Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, conforme o termo de referência, confirmadas a Disponibilidade Orçamentária e a Provisão Financeira, bem como e a necessidade de aderir às diretrizes estabelecidas na legislação pertinente de Licitações e Contratos Administrativos; **determino que** seja o presente processo, seja autuado, numerado e autorizo a abertura do mesmo.

Atenciosamente;

José Raydan 13 de maio de 2025

Heuller Mariano Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Processo nº 06/2025
Folha nº 06
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Data: 13 de maio de 2025.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN;

Assunto:

Para fins atendimento do disposto no artigo 75 da Lei Federal 14.133, em atendimento à solicitação feita através do Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, para Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG., respectivamente baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000, DECLARO que a Câmara Municipal de José Raydan/MG, possui disponibilidade orçamentária para cobrir as despesas.

A despesa será custeada pela dotação orçamentária: 01 Câmara Municipal 3.3.90.36.00 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos ficha 08 tendo estas saldo reservado e suficiente para cumprir as despesas.

Atenciosamente;

José Raydan 13 de maio de 2025

Heuller Mariano Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 06/2025
Folha nº 07
Ass.: Pamella
Câmara Municipal de José Raydan

DECLARAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Em atendimento aos termos da solicitação de recursos financeiros expedida pelo presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, declaro, sob as penas da legislação aplicável, que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprio e de terceiros necessários à consecução do objeto do Contrato, assim como detém capacidade de contratar todos o serviço necessário para garantir uma efetiva prestação de serviços conforme solicitado nos trâmites legais como **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG., respectivamente baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000, DECLARO que a Câmara Municipal de José Raydan/MG.

José Raydan 13 de maio de 2025

Pâmela de Jesus Carvalho
Tesoureiro da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 06/2025
Folha nº 08
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO: Contratação de pessoa juridica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de seguranças com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

I - DESCRIÇÃO/ QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO:

Quantitativos de serviços: Período de 12 meses prorrogáveis

Os serviços necessários para atender à câmara municipal foram pesquisados nas Câmaras da região onde resumimos:

Manutenção de hardware (microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks).
Manutenção de sistemas operacionais e softwares.
Instalação e configuração de recursos de TI.
Manutenção do CFTV (circuito fechado de TV) e softwares de segurança.

II - JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de José Raydan/MG necessita de serviços especializados em manutenção corretiva e preventiva de equipamentos de TI (microcomputadores, impressoras, notebooks) e do sistema de CFTV, garantindo o pleno funcionamento de suas atividades legislativas e administrativas. A contratação de uma empresa especializada assegura: Agilidade no atendimento (redução de tempo de inatividade). Qualificação técnica (equipe certificada em hardware, software e sistemas de segurança). Padronização dos serviços, evitando soluções improvisadas.

A manutenção preventiva evita falhas críticas que possam: Paralisar sistemas essenciais (sessões legislativas, atendimento ao público). Comprometer a segurança (vulnerabilidades em softwares, falhas no CFTV). Gerar custos adicionais com reparos emergenciais.

Como a Câmara Municipal já vinha mantendo contratos de serviços profissionais especializados no ramo, a continuidade dessa medida administrativa revela-se

oportuna e conveniente para atender o interesse público municipal, diante da falta de pessoal mais experiente e equipamentos necessários para continuidade do serviço público, com transparência e eficiência para atender a sociedade de de José Raydan/MG.

Diante do exposto, A contratação de uma empresa especializada em manutenção de TI e CFTV é imprescindível para assegurar a eficiência operacional, segurança e continuidade dos serviços públicos da Câmara Municipal de José Raydan/MG, justificando plenamente a realização do processo licitatório nos termos da lei.

III - DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇOS A SER CONTRATADOS:

Objeto de mesma natureza é entendido como aquele do mesmo ramo de atividade e considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento consignada ao fornecedor, observada a classe de materiais e serviços utilizando o detalhamento de cada elemento de despesa da PORTARIA Nº. 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 e linha de fornecimento contida em sistema de gestão municipal.

IV - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, que poderá ter sua vigência prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 05 (cinco) anos conforme expresso no art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Havendo prorrogação da vigência do contrato o valor deverá ser reajustado pelo índice IPCA acumulado 12 meses, divulgado no 12º mês..

V - A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A necessidade da contratação é essencial para assegurar a continuidade da transparência da instituição, garantindo que as ações feitas sigam alinhadas ao interesse da população.

Processo nº 06/2025
Folha nº 09
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

VI - DA NECESSIDADE TÉCNICA:

Justifica-se a contratação da prestação de serviços profissionais especializados no ramo/MG, tendo em vista as constantes mudanças e atualizações na gestão pública, com a informatização da instituições brasileiras a necessidade de contratação desses serviços é essencial para atender as legislações atuais, diante da inexistência de ferramentas tecnológicas e profissionais capacitados, graduados e especializados no quadro geral de pessoal da Câmara para que possam realizar o serviço no que tange o bom andamento da administração Pública e oferecer treinamento para os novos e melhoria da capacitação técnica dos antigos.

Como a Câmara tem a carência desse tipo de profissional no seu quadro de funcionários, com experiência em informatização de dados, foi adotada a medida de contratação terceirizada, essa medida administrativa revela-se oportuna e conveniente para atender o interesse público municipal, diante da falta de pessoal mais experiente e conhecimentos mais aprimorados, que escapam da trivialidade das atividades rotineiras e corriqueiras do dia-a-dia, deste Poder Legislativo.

VII - DO PROCEDIMENTO LEGAL DE CONTRATAÇÃO:

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no Art. 74 e 75 da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021 e legislações posteriores.

VIII - DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação da existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública, sendo assim foi realizada uma consulta nos preços de contratos da região identificando os valores pagos levando em consideração os serviços prestados.

IX - DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO:

Processo nº 06/2025
Folha nº 10
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Para atender à necessidade de suporte aos servidores da Câmara Municipal de José Raydan/MG a contratação deverá observar os seguintes requisitos necessários e suficientes para a solução do problema identificado:

1. A empresa contratada deve ser especializada nos serviços, com comprovada experiência na prestação de serviços relacionados.

2. A prestação dos serviços deve ocorrer de maneira híbrida, incluindo atendimento presencial e remoto. Os serviços de manutenção dos equipmentos deverão ser prestados na sede da Contratada.
2.1. O atendimento presencial deve ser realizado conforme a solicitação antecipada de pelo menos 5 dias úteis.

3. O atendimento remoto deve ser disponibilizado de forma contínua, assegurando suporte por meio de canais digitais, para atender às demandas emergenciais ou diárias da gestão pública.
4. O serviço contratado deve abranger atividades específicas, como: manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.
5. A empresa contratada deve comprovar a disponibilidade de profissionais qualificados para acompanhar a execução dos serviços, As práticas de sustentabilidade devem ser observadas durante a execução dos serviços, priorizando soluções que promovam o uso racional de recursos públicos, a minimização de impactos ambientais e a contribuição para o desenvolvimento social.
6. O atendimento às necessidades da Câmara Municipal deve ser realizado com foco na resolução de problemas relacionados à gestão de informatização dos dados públicos, garantindo que o objeto contratado apresente eficiência técnica para atender plenamente os interesses do órgão contratante.

7. os serviços editados deverão ser entregues em até 02 dias posterior a solicitação..

Processo nº 06/2025
Folha nº 11
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

X - REQUISITOS PARA CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

Durante a vigência do contrato a contratada deverá acompanhar e atender a contratante conforme as cláusulas vigentes no termo assinado,conforme as demandas identificadas pela Câmara Municipal de José Raydan, seguindo as orientações e diretrizes estabelecidas no contrato.

XI - DA GESTÃO DO CONTRATO:

A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, com emissão de relatórios periódicos.

XII - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado pelo Câmara Municipal de José Raydan o Contratante mensalmente, até o vigésimo dia útil do mês seguinte ao do cumprimento do objeto, mediante apresentação do Relatório de Cumprimentos dos Itens, e apresentação de Nota Fiscal/fatura que será conferida e atestada por Servidor devidamente designado para esse fim, declarando que o objeto foi atendido. O pagamento estará condicionado à regularidade fiscal, trabalhista e social da empresa, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação: Certidão Negativa da Dívida Ativa da União; Certidão Regularidade do FGTS/CRF; certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT; Certidão de Regularidade Municipal da sede da empresa Contratada; Certidão de Regularidade Estadual.

XIII - DA HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR:

A habilitação divide-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

A documentação exigida deve restringir-se ao rol definido pelos arts. 66 a 69 da Lei 14.133/2021, ou seja, nada mais poderá ser exigido, a não ser para atendimento às Leis especiais.

XIV - DAS OBRIGAÇÕES:

14.1. Caberá à Contratada:

Processo nº 06/2025
Folha nº 12
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

1) O (a) contratado (a) se responsabiliza pela disponibilidade da prestação do serviço durante o prazo de vigência do contrato com a Câmara Municipal de José Raydan/MG;
2) Qualquer irregularidade constatada pela Câmara Municipal de José Raydan/MG ser sanada pelo (a) contratado (a) no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas);
3) Em hipótese alguma poderá ser suspenso o serviço pelo (a) contratado (a) sem aviso prévio de no mínimo 48h (quarenta e oito horas);
4) Garantir a qualidade dos serviços prestados e, se acaso constatado qualquer vício formal e material na execução dos serviços prestados à Câmara Municipal de José Raydan/MG;
5) Prestar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com qualidade e tecnologia adequadas e observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
6) Empregar material e pessoal próprios para desenvolvimento do objeto contratado, devendo substituí-los sempre que necessário, sob pena de inexecução do contrato;
7) A contratada deverá, ainda, arcar com as despesas referentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
8) Manter, durante a execução do contrato, com as condições de habilitação exigidas para a participação no presente certame.
9) Arcar com as despesas de deslocamento, inclusive pedágios, hospedagem e alimentação para atender os serviços.
10) Ser responsável pela execução dos serviços em estrita conformidade com as normas legais vigentes, especialmente a Lei nº 14.133/2021, e as diretrizes estabelecidas pela Contratante. Deverá corrigir eventuais falhas ou inconsistências nos serviços prestados no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados da notificação pela Contratante, sem ônus adicional.

14.1.1. As obrigações assumidas pela Contratada são intransferíveis, não sendo permitido subcontratar os serviços contratados ou transferir responsabilidades a terceiros, salvo autorização expressa e prévia da Contratante.

Processo nº 06/2025
Folha nº 13
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

14.1.2. A Contratada será integralmente responsável pelos encargos e despesas inerentes à execução do contrato, incluindo Tributos e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;

14.1.3. A Contratada deverá assegurar suporte técnico remoto contínuo durante o período de vigência do contrato, bem como garantir a presença de seus profissionais nas visitas presenciais programadas ou em situações emergenciais, conforme solicitado pela Contratante.

14.2. Caberá ao Contratante:

a) Verificar se a prestação dos serviços contratados previstos no objeto da presente contratação, estão sendo prestados conforme o contrato.

b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado.

c) Efetuar o pagamento à contratada mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor responsável, por meio de crédito em conta corrente bancária.

d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada viabilizando a boa execução do objeto contratado.

e) Proporcionar à contratada as condições para que possa prestar os serviços dentro das normas estabelecidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Esclarecimentos com relação a eventuais dúvidas deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas nos dias úteis, nos horários das 8 às 12h e das 13h às 17h, na Câmara Municipal de José Raydan/MG, Fica eleito o foro da Comarca de Santa Maria do Suaçuí/MG, ou outro que venha a ser definido, por substituição, por determinação do TJ-MG, para a solução de qualquer conflito deste Contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Processo nº 06/2025
Folha nº 19
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Heuller Mariano Gonçalves

SALVADOR INFORMÁTICA

Cliente: Câmara Municipal de José Raydan -MG

Processo nº 06/2025
Folha nº 15
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	UN	VAL UNIT	TOTAL:
1	Manutenção corretiva e preventiva de Microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks. Manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de TI. - Sistemas operacionais (Microsoft Windows) - Sistemas de edição de texto e tabelas. - Atualização de firmwares de impressoras e Drivers. - Antivírus e softwares antimaware Manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos seus softwares pertinentes. - Firmware do gravador -Programa de monitoramento para Microsoft Windows - Gestão das imagens gravadas.	Mês	12	R$ 3.400,00	R$ 40.800,00
				TOTAL:	R$ 40.800,00

Validade da Proposta: **60 dias**

SALVADOR INFORMÁTICA - Nº do CNPJ:
Endereço: Rua Pedra Azul, 20, Centro, Salinas,MG
Telefone (38) 3254-9920

Processo nº 06/2025
Folha nº 16
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Salinas-MG 13 de Maio de 2025

A Câmara Municipal de José Raydan-MG

Dispensa de licitação N° 000/2025

Processo nº 06/2025
Folha nº 17
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ: 53.528.219/0001-24
EMAIL: assiseassis4@gmail.com – Telefone: (33)9.9841-0025
AV. BRASILIA, SN, CENTRO, CABECEIRAS-GO

PROPOSTA

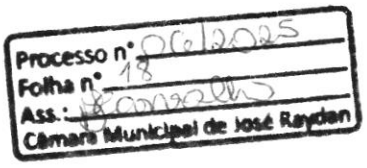
LOTE 1

ITEM:	DESCIÇÃO:	UNIDADE:	QUANTIDADE:	VALOR UNITÁRIO:	VALOR TOTAL:
01	Manutenção corretiva e preventiva de Microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks. Manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de TI. - Sistemas operacionais (Microsoft Windows) - Sistemas de edição de texto e tabelas. - Atualização de firmwares de impressoras e Drivers. - Antivírus e softwares antimaware Manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos seus softwares pertinentes. - Firmware do gravador -Programa de monitoramento para Microsoft Windows - Gestão das imagens gravadas.	Serv	12	R$ 3.500,00	**R$ 42.000,00**

				TOTAL:	**R$ 42.000,00**

Proposta válida por 60 dias.

Cabeceiras-GO, 09 de maio de 2025



Esaú Oliveira Assis (Diretor Geral)
Carimbo da empresa

TECNOSEG SYSTENS

Processo nº 06/2025
Folha nº 19
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

À Câmara Municipal de José Raydan, MG

Cotação

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	UNID	VAL UNIT	TOTAL:
1	Manutenção corretiva e preventiva de Microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks. Manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de TI. - Sistemas operacionais (Microsoft Windows) - Sistemas de edição de texto e tabelas. - Atualização de firmwares de impressoras e Drivers. - Antivírus e softwares antimaware Manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos seus softwares pertinentes. - Firmware do gravador -Programa de monitoramento para Microsoft Windows - Gestão das imagens gravadas.	Mês	12	R$ 3.510,00	R$ 42.120,00
				TOTAL:	**R$ 42.120,00**

Processo nº 56/2025
Folha nº 20
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Validade da Proposta: **60 dias**

TECNOSEG - Nº do CNPJ: 30.349.171/0001-24
Endereço: Rua Pedro Aleixo, !8, Centro, Juvenilia, MG

12 de Maio de 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Data: 20 de maio de 2025.

Processo nº 006/2025
Folha nº 01
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN;

Assunto: **Heuller Mariano Gonçalves**

Ao 20º dia do mês de maio de 2025, na Câmara Municipal de José Raydan/MG, eu, Pâmela de Jesus Carvalho, Agente de Contratação legalmente designado pela Portaria nº 07/2025, AUTUO na presente data os documentos de contratação que adiante seguem. E para constar, firmo esta autuação.

Procedimento de Contratação direta;
Processo Administrativo Nº 006/2025
Dispensa de Licitação Nº 05/2025

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.3.90.36.00 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos ficha 08.

As despesas correrão por conta das dotações previstas para o exercício de 2025, ocorrendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado para o órgão, conforme estimativa de impacto orçamentário-financeiro, emitida pela área competente, devidamente autorizada pelo Presidente desta Câmara Municipal.

Atenciosamente;

José Raydan 20 de maio de 2025

Pâmela de Jesus Carvalho
Pamela de Jesus Carvalho

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN
Avenida Padre Luiz Bartoso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico
camararaydan@yahoo.com.br

Processo nº 08/2025
Folha nº 02
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PORTARIA Nº 08/2025, DE 21 DE JANEIRO DE 2025

"Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/ 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação, do pregoeiro e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Câmara Municipal de Frei Lagonegro/MG, e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, através do Sr. Heuller Mariano Gonçalves, no uso das atribuições conferidas,

Art. 1º. Esta Portaria regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre as regras para a atuação dos agentes de contratação, dos pregoeiro e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Art. 2º. No âmbito da Câmara Municipal de José Raydan/MG, o(s) agente(s) de contratação ser(á/ão) designado(s) pelo **Presidente**, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º. O Presidente poderá designar mais de um agente de contratação e deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles.

§ 2º. O(s) agente(s) de contratação poder(á/ão) acumular as funções de pregoeiro, conforme designação, e, assim, a competência pela condução do certame licitatório na modalidade pregão.

Processo nº 06/2025
Folha nº 23
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

§ 4º O não atendimento das diligências do agente de contratação por outros setores do órgão ou da entidade ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.

§ 5º. As diligências de que trata o § 6º observarão as normas internas do órgão ou da entidade, inclusive quanto ao fluxo procedimental.

Art. 13. O agente de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão para o desempenho das funções.

§ 1º. O auxílio de que trata o *caput* se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo procedimental.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterá, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

§ 3º. Na prestação de auxílio, a unidade de controle interno observará a supervisão técnica e as orientações normativas do órgão atinentes a controles internos administrativos da gestão de contratações.

§ 4º. Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação considerará eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

§ 5º. Será admitida a contratação de serviço de assessoria e consultoria por empresa ou profissional especializado visando subsidiar a atuação do(s) agente(s) de contratação e dos próprios órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Câmara Municipal de José Raydan/MG, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º desta Portaria.

Art. 14. O pregoeiro, responsável pela condução do procedimento da licitação na modalidade pregão, possui atribuições desde a sessão de julgamento até o momento da adjudicação do objeto ao vencedor do certame, notadamente quanto

Processo nº 26/2025
Folha nº 24
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

I - Conduzir a sessão pública, analisando o credenciamento dos interessados; a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta vencedora; as propostas e documentos de habilitação, com respectivo exame da classificação dos proponentes;

II - Receber examinar e decidir as impugnações e pedidos de esclarecimentos ao edital e anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis, quando for o caso;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos do edital;

IV - Coordenar e julgar as condições de habilitação;

V - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VI - Receber, examinar e decidir os recursos, em primeira instância, ou encaminhá-los à autoridade competente em sede de recurso hierárquico;

VII - indicar o vencedor do certame;

VIII - adjudicar o objeto, após a análise de recursos, se ocorrer essa hipótese;

IX - Elaborar a ata da sessão;

X - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão para o desempenho das funções, bem como, será auxiliado pela equipe de apoio de que trata o § 1º do art. 3º desta Portaria.

Art. 15. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições

Parágrafo único. A equipe de apoio contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 13

Processo nº 06/2025
Folha nº 25
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Art. 16. Caberá à comissão de contratação:

I - Substituir o agente de contratação, observado o disposto no art. 12, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no § 3º do art. 2º e no art. 8;

II - Conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado o disposto no art. 12;

III - sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação; e

IV - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133/2021, observados os requisitos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I do *caput*, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 17. A comissão de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão, nos termos do disposto no art. 13.

Art. 18. Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Gestão de contrato - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

Processo nº 06/2025
Folha nº 26
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

II - fiscalização de contrato - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, ainda, os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, ou reajustes, e repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

Parágrafo único. As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, assegurada a distinção das atividades.

Art. 19. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato de que trata o inciso II do *caput* do art. 18;

II - Acompanhar os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar em conjunto com o fiscal do contrato a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, promovendo os registros da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais;

V - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do *caput* do art. 18.

Processo nº 06/2025
Folha nº 27
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

VIII - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Art. 20. Caberá ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, mormente relacionadas ao controle dos prazos, formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - Verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato administrativo do gestor do contrato;

IV - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

Processo nº 061/2023
Folha nº 28
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

VI - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

VII - informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

VIII - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

IX - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

X - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

XI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

XII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato nos termos desta Portaria.

Art. 21. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal do contrato e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Os prazos e os metodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no contrato, nos termos no disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Processo nº 06/2025
Folha nº 29
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Art. 22. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto nesta Portaria, será observado o seguinte:

I - A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

II - A contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Art. 23. O gestor e o fiscal do contrato serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno vinculados ao órgão promotor da contratação, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato.

Art. 24. O agente de contratação, o pregoeiro, os membros da comissão de contratação e da equipe de apoio poderão autenticar e reconhecer cópias de documentos públicos ou particulares em conformidade com o disposto no art 12, IV da Lei nº. 14.133/2021.

Art. 25. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

§ 1º. O prazo de que trata o *caput* poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que motivado.

§ 2º As decisões de que trata o *caput* serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN
Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico:
camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 06/2025
Folha nº 30
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de José Raydan/MG , em 21 de Janeiro de 2025

Heuller Mariano Gonçalves
RG: MG17044059
CPF: 104.860.316-40
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG
Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN
Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico:
camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 06/2025
Folha nº 31
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PORTARIA Nº 07, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de servidor para o exercício da função pública de pregoeiro e agente de contratação da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

"Nomeia agentes de contratação, pregoeiros, designa comissão de contratação, equipe de apoio e fiscal de contratos no âmbito da administração da Câmara Municipal de José Raydan/MG e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, Sr. Heuller Mariano Gonçalves, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto no art. 8º e 117 da Lei nº. 14.133/2021, bem como, no artigo 62, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal e nos artigos 25, inciso V, artigo 29 ambos no Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada para o exercício simultâneo das funções de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO(A), a servidora PÂMELA DE JESUS CARVALHO, e-mail: pameladjcarvalho20@gmail.com, portadora do RG nº MG-19.914.255, inscrita no CPF nº 114.675.816-23, detentora do cargo / função de Tesoureira.

§ 1º. A coordenação e de distribuição dos trabalhos entre os designados, inclusive substituições ou atuações recíprocas, ocorrerá mediante ajuste entre os

mesmos, de maneira a preservar a equidade e a competência dos demais agentes de contratação indicados nos arts. 2º e 3º desta Portaria.

Art. 2º. Fica designado(a) para o exercício da função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO a servidora PÂMELA DE JESUS CARVALHO, e-mail: pameladjcarvalho20@gmail.com, portadora do RG n° MG-19.914.255, inscrita no CPF n° 114.675.816-23, detentora do cargo / função de Tesoureira, cuja atuação estará restrita aos procedimentos de *pequenas compras ou demandas de prestação de serviços de pronto atendimento, com entrega imediata, integral e em relação às quais não resultem obrigações futuras*, cujo valor não supere o estabelecido no art. 95, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo único. Atuará como suplente ou substituto do(a) agente de contratação designado no caput o(s) servidor ISTEPSON RUFINO GONÇALVES, portador do RG n° MG11731445, inscrito no CPF n° 058.580.346-32.

Art. 3º. Fica designado(a) para o exercício da função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO a servidora PÂMELA DE JESUS CARVALHO, e-mail: pameladjcarvalho20@gmail.com, portadora do RG n° MG-19.914.255, inscrita no CPF n° 114.675.816-23, cuja atuação estará restrita às *contratações de serviços de manutenção de veículos e/ou fornecimento de peças respectivas quando destinadas à automotores de propriedade do órgão contratante.*

Parágrafo único. Atuará como suplente ou substituto do(a) agente de contratação designado no caput o servidor ISTEPSON RUFINO GONÇALVES, portador do RG n° MG11731445, inscrito no CPF n° 058.580.346-32.

Art. 4º. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO formada por três membros designados nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, com atuação restrita às licitações que envolvam bens ou serviços especiais fica assim composta:

I – Presidente Sandra Pereira Rabelo, detentor(a) do cargo / função de auxiliar de serviços gerais;

Processo nº 06/2025
Folha nº 32
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

II - Vice-Presidente: Istepson Rufino Gonçalves, Detentor(a) do cargo / função Motorista;

§ 1º. O vice-presidente substituirá o presidente, assim como o membro substituirá o vice-presidente nas respectivas faltas ou impedimentos, circunstância que demandará a atuação do suplente.

§ 2º. Atuará como suplente ou substituto do(a) membro da comissão de contratação o(a) servidor(a) ADEILSON VIEGAS DE OLIVEIRA

Art. 5º. A EQUIPE DE APOIO destinada auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições, formada por três membros, fica assim composta:

I Sandra Pereira Rabelo.

II – Juracy de Oliveira.

§ 1º. Atuará como suplente ou substituto do(a) membro da equipe de apoio o(a) servidor(a) Istepson Rufino Gonçalves.

Art. 6º. A função de FISCAL DOS CONTRATOS celebrados pela Câmara Municipal de José Raydan/MG será exercida pelo(a) servidor(a) Heuller Mariano Gonçalves detentor(a) do cargo / função de Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, ressalvada a possibilidade de designação diversa, própria e específica a ser consignada no procedimento de contratação.

Art. 7º. A GESTÃO DOS CONTRATOS será desenvolvida pelo Coordenador Executivo da Câmara Municipal de José Raydan/MG, a, responsável pela demanda de contratação e/ou adstrito a unidade gestora do contrato, admitida a delegação conforme estabelecer ato próprio e específico.

Processo nº 26/2025
Folha nº 33
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Art. 8º. A atuação dos agentes designados por esta Portaria e respectivas competências observará o disposto em ato administrativo específico, bem como, o previsto na Lei nº. 14.133/2021.

Processo nº 06/2025
Folha nº 34
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Art. 9º. Será admitida a contratação de serviço de assessoria e consultoria por empresa ou profissional especializado visando subsidiar a atuação dos agentes designados por esta Portaria e dos próprios órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do ente contratante.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de José Raydan/MG, 02 de janeiro de 2025.

Heuller Mariano Gonçalves

RG: MG17044059

CPF: 104.860.316-40

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG

Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 06/2025
Folha nº 35
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ART.75, II DA LEI FEDERAL 14.133/2021

OBJETO: Contratação de pessoa juridica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de seguranças com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN/MG, Inscrita no CNPJ Nº 07.332.390/0001-46, com sede na Avenida Padre Luiz Barroso, 33 Serafim Peixoto, José Raydan/MG - **39775-000**, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo nº 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: DIA 26/05/2025, ÀS 09:00 HORAS via e-mail. camarajraydan@yahoo.com.br

ABERTURA DO CERTAME PARA VERIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E HABILITAÇÃO: DIA 26/05/2025

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO camarajraydan@yahoo.com.br

LINK PARA BAIXAR EDITAL:

https://www.camarajoseraydan.mg.gov.br/licitacoes

I - DO OBJETO: Contratação de pessoa juridica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de seguranças com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os valores decorrentes da execução do objeto deste Edital de Dispensa de Licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de José Raydan/MG, para exercício de 2025, vigente:

III - DA ABERTURA:

3.1. A presente Dispensa receberá a proposta e habilitação na data do dia 26/05/2025 site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: camarajraydan@yahoo.com.br ou mediante protocolo no setor de licitação, preferencialmente fazendo referência a esta DISPENSA.

3.2. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **26/05/2025** às **09h00min**

3.4. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, **apresentar declarações com as seguintes informações:**

a) A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
c) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
d) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

Processo nº 06/2025
Folha nº 36
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

e) e o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

Processo nº 06/2025
Folha nº 37
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

IV - APRESENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

4.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Aviso de Contratação.

4.2. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

V - HABILITAÇÃO:

Os documentos necessários à habilitação poderão ser enviados juntamente com a apresentação da proposta ou deverão ser enviados após solicitado pelo Setor Legislativo que comunicará a empresa vencedora, ou seja, de melhor proposta, para apresentar, via e-mail ou protocolado no setor de licitação, em até 03 (três) dias após considerada vencedora:

5.1. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA:

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou MEI, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual.

Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou prova equivalente que comprove, inequivocamente, a regularidade da situação.
b) Certidão de regularidade para com a fazenda estadual e municipal do domicílio da empresa licitante.
c) Certidão conjunta de regularidade da receita federal e tributos federais e dívida ativa da União e INSS.

Processo nº 06/2025
Folha nº 38
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

Certidão negativa de falência ou concordata com sua expedição nunca superior a três meses da abertura deste processo, referente à comarca de domicílio da empresa licitante. Na hipótese da certidão ser positiva, caso a empresa encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve a licitante apresentar comprovante de homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação em vigor.

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de capacidade técnica comprovando experiência na prestação de serviços conforme o objeto do presente processo.

VI - DO PAGAMENTO ACRÉSCIMOS E SUCESSÕES:

6.1. O faturamento será feito mediante execução dos serviços e pagamento será mensal, efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação e aceitação da nota fiscal pela Secretaria Legislativa e/ou Controle Interno, transcorrido o prazo necessário para tramitação no setor de Contabilidade da Câmara Municipal de José Raydan. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

6.2. Se o objeto não for entregue/executado conforme condições propostas, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

VII - DA VIGÊNCIA DE PRAZO:

7.1. A vigência do serviço será pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei.

7.2. Havendo prorrogação da vigência contratual o preço deverá ser reajustado

Processo nº 06/2025
Folha nº 39
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

observando-se o índice IPCA.

VIII - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A fiscalização será realizada pela Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de José Raydan/MG, através de servidor indicado.

IX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Se o licitante vencedor se recusar injustificadamente a cumprir a proposta apresentada, será considerado como desistente, o certame será reaberto e os demais licitantes serão convocados, na ordem de classificação, para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14133/2021, sem prejuízo das aplicações de outras cabíveis, respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

X - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

10.1. Este Aviso de Contratação deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após apresentação da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após envio ou entrega.

10.2. O objeto da presente dispensa de licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previstos nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14133/2021.

10.3. É vedado ao licitante vencedor subcontratar total ou parcialmente o fornecimento dos produtos e/ou execução dos serviços objetos deste certame.

10.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dias de expediente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o cumprimento dos prazos na data marcada, o prazo será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação da Agente de Contratações em sentido contrário.

10.5. Quaisquer informações complementares que visem obter maiores

esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pela Agente de Contratações, no horário das 08h00min às 11h00min, das 12:00h às 16:00h de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, ou pelo e-mail camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 06/2025
Folha nº 10
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

XI - DA VINCULAÇÃO DOS ANEXOS:

11.1. O presente instrumento vincula todos os termos do Processo Administrativo nº 06/2025 – Dispensa de Licitação nº 005/2025.

Constituem anexos do presente edital:

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA; ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO FISCAL

Josè Raydan/MG, 20 de maio de 2025.

Heuller Mariano Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

PROCESSO Nº. 06/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 005/2025

ANEXO I

Processo nº 06/2025
Folha nº 41
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO: Contratação de pessoa juridica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de seguranças com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

I - DESCRIÇÃO/ QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO:

Quantitativos de serviços: Período de 12 meses prorrogáveis

Os serviços necessários para atender à câmara municipal foram pesquisados nas Câmaras da região onde resumimos:

Manutenção de hardware (microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks).
Manutenção de sistemas operacionais e softwares.
Instalação e configuração de recursos de TI.
Manutenção do CFTV (circuito fechado de TV) e softwares de segurança.

II - JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de José Raydan/MG necessita de serviços especializados em manutenção corretiva e preventiva de equipamentos de TI (microcomputadores, impressoras, notebooks) e do sistema de CFTV, garantindo o pleno funcionamento de suas atividades legislativas e administrativas. A contratação de uma empresa especializada assegura: Agilidade no atendimento (redução de tempo de inatividade). Qualificação técnica (equipe certificada em hardware, software e sistemas de segurança). Padronização dos serviços, evitando soluções improvisadas.

A manutenção preventiva evita falhas críticas que possam: Paralisar sistemas essenciais (sessões legislativas, atendimento ao público). Comprometer a segurança

(vulnerabilidades em softwares, falhas no CFTV). Gerar custos adicionais com reparos emergenciais.

Como a Câmara Municipal já vinha mantendo contratos de serviços profissionais especializados no ramo, a continuidade dessa medida administrativa revela-se oportuna e conveniente para atender o interesse público municipal, diante da falta de pessoal mais experiente e equipamentos necessários para continuidade do serviço público, com transparência e eficiência para atender a sociedade de de José Raydan/MG.

Diante do exposto, A contratação de uma empresa especializada em manutenção de TI e CFTV é imprescindível para assegurar a eficiência operacional, segurança e continuidade dos serviços públicos da Câmara Municipal de José Raydan/MG, justificando plenamente a realização do processo licitatório nos termos da lei.

III - DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇOS A SER CONTRATADOS:

Objeto de mesma natureza é entendido como aquele do mesmo ramo de atividade e considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento consignada ao fornecedor, observada a classe de materiais e serviços utilizando o detalhamento de cada elemento de despesa da PORTARIA Nº. 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 e linha de fornecimento contida em sistema de gestão municipal.

IV - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, que poderá ter sua vigência prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 05 (cinco) anos conforme expresso no art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Havendo prorrogação da vigência do contrato o valor deverá ser reajustado pelo índice IPCA acumulado 12 meses, divulgado no 12º mês..

V - A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Processo nº 06/2025
Folha nº 42
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

A necessidade da contratação é essencial para assegurar a continuidade da transparência da instituição, garantindo que as ações feitas sigam alinhadas ao interesse da população.

Processo nº 06/2025
Folha nº 43
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

VI - DA NECESSIDADE TÉCNICA:

Justifica-se a contratação da prestação de serviços profissionais especializados no ramo/MG, tendo em vista as constantes mudanças e atualizações na gestão pública, com a informatização da instituições brasileiras a necessidade de contratação desses serviços é essencial para atender as legislações atuais, diante da inexistência de ferramentas tecnológicas e profissionais capacitados, graduados e especializados no quadro geral de pessoal da Câmara para que possam realizar o serviço no que tange o bom andamento da administração Pública e oferecer treinamento para os novos e melhoria da capacitação técnica dos antigos.

Como a Câmara tem a carência desse tipo de profissional no seu quadro de funcionários, com experiência em informatização de dados, foi adotada a medida de contratação terceirizada, essa medida administrativa revela-se oportuna e conveniente para atender o interesse público municipal, diante da falta de pessoal mais experiente e conhecimentos mais aprimorados, que escapam da trivialidade das atividades rotineiras e corriqueiras do dia-a-dia, deste Poder Legislativo.

VII - DO PROCEDIMENTO LEGAL DE CONTRATAÇÃO:

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no Art. 74 e 75 da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021 e legislações posteriores.

VIII - DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação da existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública, sendo assim foi realizada uma consulta nos preços de

contratos da região identificando os valores pagos levando em consideração os serviços prestados.

Processo nº 06/2025
Folha nº 4
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

IX - DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO:

Para atender à necessidade de suporte aos servidores da Câmara Municipal de José Raydan/MG a contratação deverá observar os seguintes requisitos necessários e suficientes para a solução do problema identificado:

1. A empresa contratada deve ser especializada nos serviços, com comprovada experiência na prestação de serviços relacionados.

2. A prestação dos serviços deve ocorrer de maneira híbrida, incluindo atendimento presencial e remoto. Os serviços de manutenção dos equipmentos deverão ser prestados na sede da Contratada.
2.1. O atendimento presencial deve ser realizado conforme a solicitação antecipada de pelo menos 5 dias úteis.

3. O atendimento remoto deve ser disponibilizado de forma contínua, assegurando suporte por meio de canais digitais, para atender às demandas emergenciais ou diárias da gestão pública.

4. O serviço contratado deve abranger atividades específicas, como: manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

5. A empresa contratada deve comprovar a disponibilidade de profissionais qualificados para acompanhar a execução dos serviços, As práticas de sustentabilidade devem ser observadas durante a execução dos serviços, priorizando soluções que promovam o uso racional de recursos públicos, a minimização de impactos ambientais e a contribuição para o desenvolvimento social.

6. O atendimento às necessidades da Câmara Municipal deve ser realizado com foco na resolução de problemas relacionados à gestão de informatização dos dados públicos, garantindo que o objeto contratado apresente eficiência técnica para atender plenamente os interesses do órgão contratante.

7. os serviços editados deverão ser entregues em até 02 dias posterior a solicitação..

Processo nº 06/2025
Folha nº 45
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

X - REQUISITOS PARA CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

Durante a vigência do contrato a contratada deverá acompanhar e atender a contratante conforme as cláusulas vigentes no termo assinado,conforme as demandas identificadas pela Câmara Municipal de José Raydan, seguindo as orientações e diretrizes estabelecidas no contrato.

XI - DA GESTÃO DO CONTRATO:

A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, com emissão de relatórios periódicos.

XII - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado pelo Câmara Municipal de José Raydan o Contratante mensalmente, até o vigésimo dia útil do mês seguinte ao do cumprimento do objeto, mediante apresentação do Relatório de Cumprimentos dos Itens, e apresentação de Nota Fiscal/fatura que será conferida e atestada por Servidor devidamente designado para esse fim, declarando que o objeto foi atendido. O pagamento estará condicionado à regularidade fiscal, trabalhista e social da empresa, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação: Certidão Negativa da Dívida Ativa da União; Certidão Regularidade do FGTS/CRF; certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT; Certidão de Regularidade Municipal da sede da empresa Contratada; Certidão de Regularidade Estadual.

XIII - DA HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR:

A habilitação divide-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

A documentação exigida deve restringir-se ao rol definido pelos arts. 66 a 69 da Lei 14.133/2021, ou seja, nada mais poderá ser exigido, a não ser para atendimento às Leis especiais.

XIV - DAS OBRIGAÇÕES:

14.1. Caberá à Contratada:

1) O (a) contratado (a) se responsabiliza pela disponibilidade da prestação do serviço durante o prazo de vigência do contrato com a Câmara Municipal de José Raydan/MG;
2) Qualquer irregularidade constatada pela Câmara Municipal de José Raydan/MG ser sanada pelo (a) contratado (a) no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas);
3) Em hipótese alguma poderá ser suspenso o serviço pelo (a) contratado (a) sem aviso prévio de no mínimo 48h (quarenta e oito horas);
4) Garantir a qualidade dos serviços prestados e, se acaso constatado qualquer vício formal e material na execução dos serviços prestados à Câmara Municipal de José Raydan/MG;
5) Prestar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com qualidade e tecnologia adequadas e observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
6) Empregar material e pessoal próprios para desenvolvimento do objeto contratado, devendo substituí-los sempre que necessário, sob pena de inexecução do contrato;
7) A contratada deverá, ainda, arcar com as despesas referentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
8) Manter, durante a execução do contrato, com as condições de habilitação exigidas para a participação no presente certame.
9) Arcar com as despesas de deslocamento, inclusive pedágios, hospedagem e alimentação para atender os serviços.
10) Ser responsável pela execução dos serviços em estrita conformidade com as normas legais vigentes, especialmente a Lei nº 14.133/2021, e as diretrizes estabelecidas pela Contratante. Deverá corrigir eventuais falhas ou inconsistências nos serviços prestados no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados da notificação pela Contratante, sem ônus adicional.

14.1.1. As obrigações assumidas pela Contratada são intransferíveis, não sendo permitido subcontratar os serviços contratados ou transferir responsabilidades a terceiros, salvo autorização expressa e prévia da Contratante.

Processo nº 06/2025
Folha nº 46
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

14.1.2. A Contratada será integralmente responsável pelos encargos e despesas inerentes à execução do contrato, incluindo Tributos e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;

14.1.3. A Contratada deverá assegurar suporte técnico remoto contínuo durante o período de vigência do contrato, bem como garantir a presença de seus profissionais nas visitas presenciais programadas ou em situações emergenciais, conforme solicitado pela Contratante.

14.2. Caberá ao Contratante:

a) Verificar se a prestação dos serviços contratados previstos no objeto da presente contratação, estão sendo prestados conforme o contrato.

b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado.

c) Efetuar o pagamento à contratada mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor responsável, por meio de crédito em conta corrente bancária.

d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada viabilizando a boa execução do objeto contratado.

e) Proporcionar à contratada as condições para que possa prestar os serviços dentro das normas estabelecidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Esclarecimentos com relação a eventuais dúvidas deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas nos dias úteis, nos horários das 8 às 12h e das 13h às 17h, na Câmara Municipal de José Raydan/MG, Fica eleito o foro da Comarca de Santa Maria do Suaçuí/MG, ou outro que venha a ser definido, por substituição, por determinação do TJ-MG, para a solução de qualquer conflito deste Contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Processo nº 06/2025
Folha nº 47
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 06/2025
Folha nº 48
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ANEXO II

PROCESSO Nº. 006/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2025

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

RAZÃO:SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: EMAIL:

Objeto: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	UNID	QTDE	VALOR UNT	VALOR TOTAL
	MÊS	12		

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA 60 (sessenta) dias.

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital de Dispensa de Licitação.

Local, _____de _____de 2025.

_____

Assinatura do Responsável CPF: Obs.:

Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

Processo nº 06/2025
Folha nº 49
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ANEXO III

PROCESSO Nº. 006/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 005/2025

MINUTA DE CONTRATO Nº. 2025., QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE **JOSÉ RAYDAN/MG** E A EMPRESA....., DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1. DO CONTRATANTE:

A CÂMARA MUNICIPAL DE **JOSÉ RAYDAN**/MG, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.033.151/0001-13 , Avenida Padre Luiz Barroso, 33 Serafim Peixoto, José Raydan/MG - **39775-000**, neste ato representado por seu Presidente xxxxxxxxxxx, brasileiro, portador do RG N° MG 17044059

, e do CPF nº 104.860.316-40, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua xxxxxxx.

1.2 DO CONTRATADO:

A empresa contratada, inscrita no CNPJ sob o nº (INSERIR CNPJ), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), nesta cidade, neste ato representada por seu(sua) representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), (NACIONALIDADE), portador(a) do RG nº (XXXXXXX) e do CPF nº (XXXXXXX), residente e domiciliado(a) na (ENDEREÇO COMPLETO).

Processo nº 06/2025
Folha nº 30
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

1.3. DOS FUNDAMENTOS:

A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº. 006/2025, Dispensa de Licitação nº. 005/2025, de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, com destaque para o artigo 75 e para o inciso II do artigo respectivo diploma legal e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente: a Contratação de pessoa juridica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de seguranças com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, conforme termo de referência e demais anexos do aviso de dispensa de licitação nº 005/2025.

CLÁUSULA III – DO PRAZO, VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

3.1. DO PRAZO:

O período de contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura deste contrato, prorrogáveis a critério da Câmara, mediante a celebração termo aditivo e desde que autorizado em lei

Havendo prorrogação da vigência contratual, o valor mensal será reajustado considerando o índice IPCA para corrigir os efeitos da inflação. Na oportunidade será utilizado o índice acumulado disponível no 12º mês.

IV - DO VALOR E DO PAGAMENTO:

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ ..... ( ) já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre a Câmara:

4.2. O pagamento decorrente da concretização do objeto deste Contrato será realizado pela Tesouraria da Contratante, por processo legal, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, mensalmente a contar da data dos serviços prestados.

4.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.5. Se o objeto não for entregue/executado conforme condições propostas, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

5.1. As obrigações da **contratante e contratada** estão dispostas no Termo de Referência anexo ao presente contrato.

Processo nº 06/2025
Folha nº 11
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. Os recursos necessários à execução do objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

XXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA VII - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida pela Servidora **xxxxxxxxxx** e a Gestora do Contrato **xxxx** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração do Legislativo;

7.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la

administrativamente sempre que for necessário;

7.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

7.4 O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.

7.5. O recolhimento das multas deverá ser feito através de guia própria da Câmara Municipal de José Raydan, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data em que for aplicada a multa em definitivo (após garantido o contraditório e ampla defesa), com o setor de tributos da entidade.

Processo nº 06/2025
Folha nº 32
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES:

8.1 As sanções estão descritas no Termo de referência;

CLÁUSULA IX - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:

9.1. São motivos de rescisão deste contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sitio eletrônico oficial da Câmara e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO FORO:

11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Maria do Suaçuí/MG, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento. E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

José Raydan/MG, ... de maio de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 06/2025
Folha nº 53
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Heuller Mariano Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan

Biênio 2025/2026

XXXXXXXXXX

Contratado

Testemunhas:

01_____

CPF:_____

02_____

CPF:_____

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº005/2025

Processo nº 006/2025
Folha nº 34
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Dispensa de Licitação nº 005/2025 - Processo Administrativo nº 006/2025

A empresa XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nºXXXXXXXX, sediada na rua XXXXXXXXX, nº XXX, bairro XXX, cidade XXXX, estado XXX cidade XXXX, CEP: XXXX neste ato representada por XXX portador(a) do RG XXXXXX, inscrito(a) no CPF nºXXXXXXXXX residente e domiciliado(a) na rua XXXXXXXXXX nº XX, bairro XX, cidade XXX/MG, XXX cidade XXXX,

CEP: XXXX declara sob as penalidades da lei, que:

( ) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

( ) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

( ) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

( ) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

( ) Não possui no quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

...../...., ... de de 2025.

(Assinatura)

Razão Social

Nome e assinatura do representante

RG nº.....

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2025

Processo nº 06/2025
Folha nº 55
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Dispensa de Licitação nº 005/2025 - Processo Administrativo nº 006/2025

A empresa XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX, sediada na rua XXXXXXX, nº XXXXXXX, bairro .XXXXX cidade XXXXX estado, cidade XXX, CEP:XXXX, neste ato representada por, XXXX portador(a) do RG XXXX, inscrito(a) no CPF nº residente e domiciliado(a) na rua XXXX, nº XXX, bairro XXX, cidade, XXX estado XXXXXXXX cidade XXXXX CEP: XXXX **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que:

( ) se enquadra como (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou EQUIPARADAS) nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apta a fruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas em favor desta categoria;

( ) não se enquadra em nenhuma das excludentes previstas no § 4º do artigo 3º da mesma lei;

( ) no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, §2º da Lei 14.133/2021.

Cidade./XX de XXX de 2025.

(Assinatura)

Nome e assinatura do representante

RG nº.....

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 06/2025
Folha nº 56
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

DESPACHO

Data: 20 de janeiro de 2025.

Para: Procurador da Câmara Municipal de José Raydan/MG;

Assunto: Contratação de empresa jurídica para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em Gestão Pública, voltada para planejamento, acompanhamento, capacitação em licitações e contratos, para atender as demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG .

Encaminho a Minuta de Aviso de Dispensa Licitação para apresentação de propostas, em estrita observância à previsão legal disposta no art.75, Inciso II da Lei Federal N° 14.133/2021, para que seja emitido parecer jurídico quanto à sua legalidade, bem como de todos os procedimentos realizados até o presente momento.

Desde já agradecemos pela análise criteriosa e orientações que possam ser fornecidas para assegurar a conformidade legal do processo.

Atenciosamente;

José Raydan 20 de janeiro de 2025

Heuller Mariano Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN
CNPJ: 15.033.151/0001-13
Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico:
camarajraydan@yahoo.com.br

PARECER JURÍDICO N° _____/2025

Processo nº 06/2025
Folha nº 57
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2025

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN/MG.

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada pelo Agente de Contratação, à esta Procuradoria Legislativa para análise e emissão de parecer jurídico concernente à legalidade do processo de dispensa de Licitação n°005/2025, Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Junta-se ao expediente, todo o processo licitatório para análise.

É o suscinto relatório. Passamos a análise jurídica.

FUNDAMENTAÇÃO

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a

dispensa e a inexigibilidade de licitação. Assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

Verifica-se que o presente procedimento se enquadra no art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre hipótese de dispensa de licitação.

> Art. 75. É dispensável a licitação:
>
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras; (DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024)

Entende-se que compete ao administrador fazer o estudo do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, observando o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

Entretanto, por mais que se trate de contratação direta, imprescindível a formalização de um procedimento que resulte na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. Assim, a Lei n° 14.133/2021 traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública Municipal.

Feitas estas primeiras considerações, necessário trazermos à baila o disposto no Parágrafo único do artigo 19, inciso IV, da nova Lei de Licitações:

Processo nº 06/2025
Folha nº 58
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

> Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:
>
> I - Instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;
>
> II - Criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;
>
> III - Instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;
>
> IV - Instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

Da simples leitura do referido dispositivo legal, conclui-se que a obrigatoriedade de parecer da assessoria jurídica da Administração é para o exame e aprovação prévia das minutas de editais, termo de referência e demais documentos.

Ainda em que pese a Lei 14.133/2021, o artigo 72 diz que:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

Processo nº 06/2025
Folha nº 59
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - Razão da escolha do contratado;

VII - Justificativa de preço;

VIII - Autorização da autoridade competente.

Processo nº 06/2025
Folha nº 60
Assinatura
Câmara Municipal de José Raydan

No caso em tela, o presente processo encontra-se bem elaborado com atendimento aos requisitos exigidos pela legislação, respeitando todas as fases do procedimento, de acordo com os documentos juntados aos autos.

Nestes termos, convém chamar a atenção para a possiblidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil, pecuniária e penal, em caso de malversação de verba pública, decorrentes de improbidade administrativa, a partir da Lei nº 8.429/92, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei nº 10.028/2000, que criou novos tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tornar mais efetivos os princípios constitucionais de Administração Pública (art. 37/CF).

Destaca-se, finalmente, que as conclusões registradas no presente parecer não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo seu conteúdo, e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, denúncias ou tomada de contas.

Processo nº 06/2025
Folha nº 61
Ass:
Câmara Municipal de José Raydan

CONCLUSÃO

Diante o exposto, após a análise do processo em epígrafe, concluo que o mesmo está de acordo com a legislação vigente, não havendo qualquer impedimento jurídico, pelo que aprovo a minuta do Edital e do contrato atendidas as recomendações de estilo, opino pela viabilidade jurídica e prosseguimento da presente demanda.

É o parecer, salvo melhor juízo.

KARINA DE SOUZA DIAS:11761607618 Assinado de forma digital por KARINA DE SOUZA DIAS:11761607618 Dados: 2025.12.04 15:51:20 -03'00'

Dra. Karina de Souza Dias

OABMG 201338

Procuradora Legislativa da Câmara Municipal de José Raydan/MG

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Processo nº 06/2025
Folha nº 02
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Eu, Pâmela de Jesus Carvalho – Diretora Geral do Legislativo -Agente de Contratação da Câmara Municipal de José Raydan/MG, certifico e FIRMO a Autuação do Processo de Contratação , em atendimento às disposições/ contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Regimento Interno desta Casa Legislativa O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO alusivo ao Processo de , DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025 (ART 75, II DA LEI FEDERAL 14.133/2021), foi publicado na data de 20 de maio de 2025, no quadro de avisos da Câmara Municipal de José Raydan/MG bem como em seu sítio eletrônico oficial https: www.camarajoseraydan.mg.gov.br/licitacoes

Atenciosamente;

José Raydan 20 de maio de 2025

Pâmela de Jesus Carvalho

Pâmela de Jesus Carvalho, Agente de Contratação
legalmente designado pela Portaria nº 07/2025 Presidente da Câmara Municipal de José Raydan Biênio 2025/2026

A Câmara Municipal de José Raydan-MG

Dispensa de licitação N° 000/2025

ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ: 53.528.219/0001-24

EMAIL: assiseassis4@gmail.com – **Telefone: (33)9.9841-0025**

AV. BRASILIA, SN, CENTRO, CABECEIRAS-GO

Processo nº 06/2025
Folha nº 03
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PROPOSTA

LOTE 1

ITEM:	DESCIÇÃO:	UNIDADE:	QUANTIDADE:	VALOR UNITÁRIO:	VALOR TOTAL.:
01	Manutenção corretiva e preventiva de Microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks. Manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de TI. - Sistemas operacionais (Microsoft Windows) - Sistemas de edição de texto e tabelas. - Atualização de firmwares de impressoras e Drivers. - Antivírus e softwares antimaware Manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos seus softwares pertinentes. - Firmware do gravador -Programa de monitoramento para Microsoft Windows - Gestão das imagens gravadas.	Serv	12	R$ 3.200,00	**R$ 38.400,00**

				TOTAL:	**R$ 38.400,00**

Proposta válida por 60 dias.

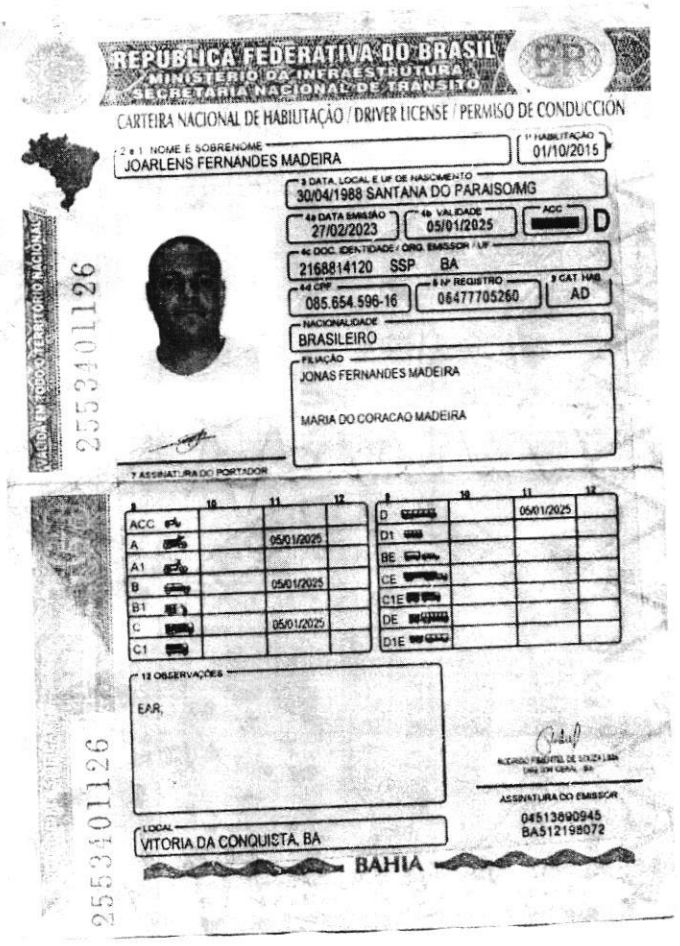
Cabeceiras-GO, 09 de maio de 2025

Processo nº 96/2025
Folha nº 64
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Esaú Oliveira Assis (Diretor Geral)
Carimbo da empresa

21.772.501-21

Processo nº 06/2025
Folha nº 05
Ass.: Camello
Câmara Municipal de José Raydan



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOARLENS FERNANDES MADEIRA

1ª HABILITAÇÃO
01/10/2015

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
30/04/1988 SANTANA DO PARAISO/MG

4a DATA EMISSÃO
27/02/2023

4b VALIDADE
05/01/2025

ACC
D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
2168814120 SSP BA

4d CPF
085.654.596-16

5 Nº REGISTRO
06477705260

9 CAT. HAB.
AD

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JONAS FERNANDES MADEIRA
MARIA DO CORACAO MADEIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

	9	10	11	12
ACC				
A			05/01/2025	
A1				
B			05/01/2025	
B1				
C			05/01/2025	
C1				

	9	10	11	12
D			05/01/2025	
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES
EAR,

ASSINATURA DO EMISSOR
04513890945
BA512198072

LOCAL
VITORIA DA CONQUISTA, BA

BAHIA

2553101126

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSIO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
ESAU OLIVEIRA ASSIS

1ª HABILITAÇÃO
08/07/2016

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
26/07/1997 COCOS/BA

4a DATA EMISSÃO
05/06/2023

4b VALIDADE
24/05/2033

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
2177750121 SSP BA

4d CPF
083.223.135-51

5 Nº REGISTRO
06656635061

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
FRANCISCO RUI ASSIS

EDNA ANDRADE OLIVEIRA ASSIS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2601682647

9	10	11	12
ACC			
A		24/05/2033	
A1			
B		24/05/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

Delegado Waldir
PRESIDENTE DETRAN - GO

ASSINATURA DO EMISSOR

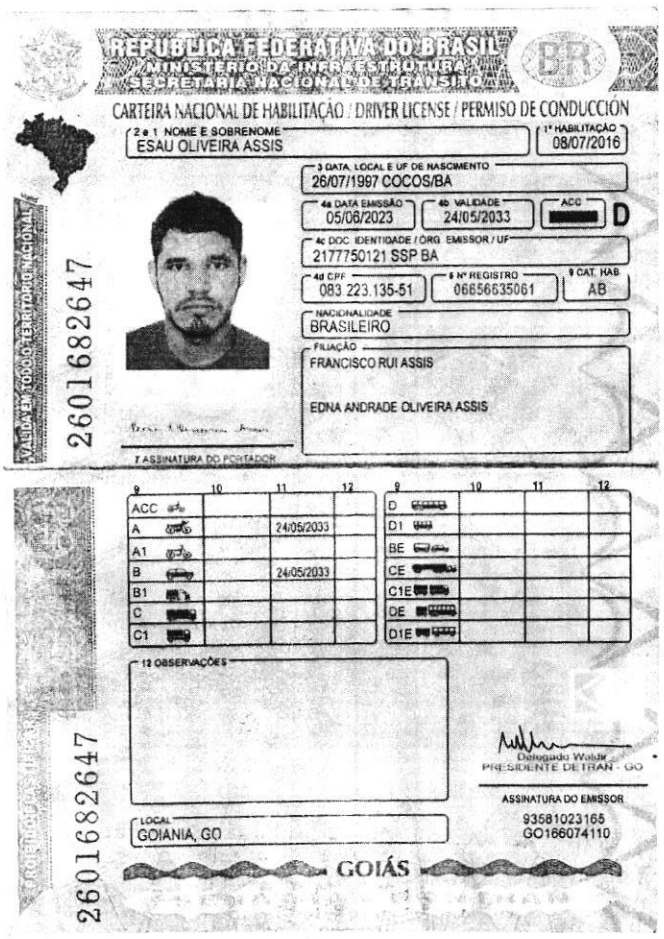
93581023155
GO166074110

LOCAL
GOIANIA, GO

GOIÁS

2601682647

Processo nº 06/2025
Folha nº 66
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
ESAU OLIVEIRA ASSIS

1ª HABILITAÇÃO
08/07/2016

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
26/07/1997 COCOS/BA

4a DATA EMISSÃO
05/06/2023

4b VALIDADE
24/05/2033

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2177750121 SSP BA

4d CPF
083.223.135-51

5 Nº REGISTRO
06656635061

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
FRANCISCO RUI ASSIS

EDNA ANDRADE OLIVEIRA ASSIS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2601682647

9	10	11	12
ACC			
A		24/05/2033	
A1			
B		24/05/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

Delegado Waldir
PRESIDENTE DETRAN - GO

ASSINATURA DO EMISSOR

93581023165
GO166074110

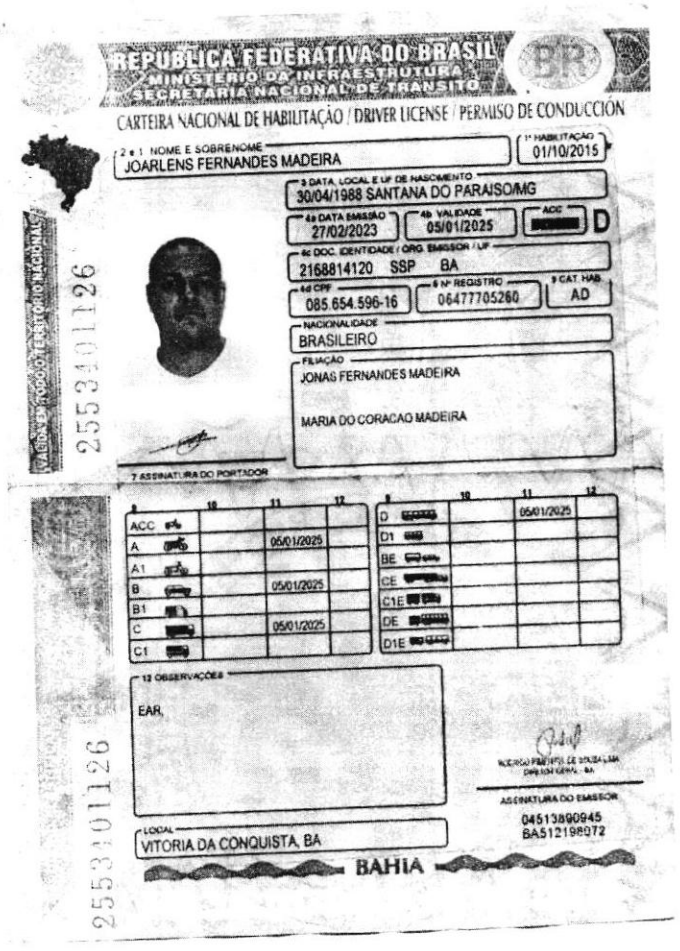
LOCAL
GOIANIA, GO

GOIÁS

2601682647

Processo nº 06/2025
Folha nº 67
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 06/2025
Folha nº 68
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOARLENS FERNANDES MADEIRA

1ª HABILITAÇÃO
01/10/2015

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
30/04/1988 SANTANA DO PARAISO/MG

4a DATA EMISSÃO
27/02/2023

4b VALIDADE
05/01/2025

ACC
D

5c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
2168814120 SSP BA

4d CPF
085.654.596-16

5 Nº REGISTRO
06477705260

9 CAT. HAB.
AD

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JONAS FERNANDES MADEIRA
MARIA DO CORACAO MADEIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

	9	10	11	12
ACC				
A			05/01/2025	
A1				
B			05/01/2025	
B1				
C			05/01/2025	
C1				

	9	10	11	12
D			05/01/2025	
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO EMISSOR
04513890945
BA512198072

LOCAL
VITORIA DA CONQUISTA, BA

BAHIA

25531011126

25531011126

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
53.528.219/0001-24 MATRIZ		17/01/2024

NOME EMPRESARIAL
ASSIS & PARTICIPACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ASSIS ELETRO	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.51-2-02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV BRASILIA	SN	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
73.870-000	CENTRO	CABECEIRAS	GO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ASSISEASSIS4@GMAIL.COM	(73) 9810-5711/ (0000) 0000-0000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	17/01/2024

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/05/2025** às **16:58:38** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Processo nº 06/2025
Folha nº 09
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 52511098

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
ASSIS *-E PARTICIPACOES LTDA

CNPJ
53.528.219/0001-24

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.
A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:
https://goias.gov.br/economia/
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: **5.555.548.351.747**

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 20 MAIO DE 2025

HORA: 10:27:57:3

Processo nº 06/2025
Folha nº 10
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Estado de Goiás

Poder Judiciário

Processo nº 06/2025
Folha nº 37
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

TODAS AS COMARCAS
CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA
NEGATIVA

SRA. (SR.) ESCRIVÃ(O) DO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE FORMOSA, ESTADO DE GOIÁS, NA FORMA DA LEI, ETC.

CERTIFICA a requerimento da parte interessada que, revendo os registros do banco de dados informatizado do Sistema Processual Eletrônico do TJGO, **pesquisando as ações de Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, ME e EPP; Recuperação Extrajudicial; e Recuperação Judicial em andamento,** verifica-se **NADA CONSTAR** contra:

Identificação:

Requerente	:	ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ	:	53.528.219/0001-24
Domicílio	:	

Esta certidão não abrange a pesquisa de ações cíveis diversas das mencionadas acima.

NADA MAIS. É o que foi pedido para certificar, de que se reporta e da fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás, em 14 de janeiro de 2025.

Assinatura da(o) Escrivã(ao) Responsável
Formosa - Distribuidor

Valor da certidão	:	R$ R$ 55,08
Valor da taxa judiciária	:	R$ R$ 18,29
Total:	:	R$ R$ 73,37
Data da receita	:	13/01/2025
Guia nº	:	07250015-8/50

15:43:29 THUANNE MOURA VAZ 10062029193

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 14/01/2025 - 15:43:36
Localizar pelo código: 104056704827, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica

Processo nº 06/2025
Folha nº 12
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **ASSIS & PARTICIPACOES LTDA**
CNPJ: 53.528.219/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:42:37 do dia 10/03/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/09/2025.
Código de controle da certidão: **2046.024D.E001.B0F3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar | Imprimir

Processo nº 06/2025
Folha nº 73
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 53.528.219/0001-24
Razão Social: ASSIS E PARTICIPACOES LTDA
Endereço: AV BRASILIA SN / CENTRO / CABECEIRAS / GO / 73870-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:14/05/2025 a 12/06/2025

Certificação Número: 2025051403536179936550

Informação obtida em 20/05/2025 10:31:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Processo nº 06/2025
Folha nº 74
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 52511098

IDENTIFICAÇÃO:

NOME: **ASSIS *-E PARTICIPACOES LTDA**

CNPJ **53.528.219/0001-24**

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.
A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:
https://goias.gov.br/economia/
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.548.351.747 **EMITIDA VIA INTERNET**

SGTI-SEFAZ: **LOCAL E DATA:** GOIANIA, 20 MAIO DE 2025 **HORA:** 10:27:57:3

Processo nº 06/2025
Folha nº 75
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins que a empresa **ASSIS & PARTICIPACOES LTDA**, inscrito no CNPJ sob o Nº 53.528.219/0001-24, sediada na AV Brasilia, SN, CEP 73.870-000, Centro, Cabeceiras-GO, **prestou serviços para implantação de sistema de monitoramento por câmeras (CFTV) na praça Georan Pio de Santana, sendo incluso o fornecimento de equipamentos, software de gerenciamento, instalação dos equipamentos, treinamento de usuários**, atraves da Dispensa de Licitação Nº 49/2024, para o **Municipio de Nova Roma**, CNPJ nº 01.067.925/0001-12 com sede na Praça Augusto Pio de Santana , nº 01, bairro centro, na cidade de Nova Roma , Estado de Goias

Informamos ainda que os serviços e produtos foram de boa qualidade, que a empresa acima referida apresenta bom desempenho operacional, cumprindo fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, ate a presente data

Nova Roma, Go 19 de Maio de 2025

DIEGO CALADO MARTINS
Departamento de Compras de Nova Roma- GO

Processo nº 26/2025
Folha nº 16
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSIS & PARTICIPACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 53.528.219/0001-24
Certidão nº: 27662404/2025
Expedição: 20/05/2025, às 10:30:58
Validade: 16/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSIS & PARTICIPACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **53.528.219/0001-24, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

ESAU OLIVEIRA ASSIS, BRASILEIRO , SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 26/07/1997, n° do CPF 083.223.135-51, residente e domiciliado na cidade de Anagé - BA, na RUA cladionor silva, nº sn, sao joao batista, CEP: 45180-000;

JOARLENS FERNANDES MADEIRA, BRASILEIRO , SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 30/04/1988, n° do CPF 085.654.596-16, residente e domiciliado na cidade de Anagé - BA, na AVENIDA 2, nº 89, sao joao batista, CEP: 45180-000;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade empresária limitada, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adotará como nome empresarial: **ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA** , e usará a expressão ASSIS ELETRO como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: AVENIDA BRASILIA, nº SN, CENTRO, Cabeceiras - GO, CEP: 73870000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (CNAE 47512/01); RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS INFORMATICA (CNAE 4751-2/02); COMERCIO VAREJISTA MATERIAL ELETRICO (CNAE 4742-3/00); COMERCIO VAREJISTA EQUIPAMENTOS TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, CAMARAS E GRAVADORES, SERVIDORES (CNAE 4752-1/00); COMERCIO VAREJISTA ARTIGOS DE PAPELARIA E ESCRITORIO, EMBALAGENS, MATERIAL EXPEDIENTE, MATERIAL ESCOLAR (CNAE 4761-0/03); COMERCIO VAREJISTA PEÇAS E ACESSORIOS, APARELHOS DOMESTICOS, PESSOAL, ELETRICOS, ELETRONICOS (CNAE 4757-1/00).

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (CNAE 47512/01); RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS INFORMATICA (CNAE 4751-2/02); COMERCIO VAREJISTA MATERIAL ELETRICO (CNAE 4742-3/00); COMERCIO VAREJISTA EQUIPAMENTOS TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, CAMARAS E GRAVADORES, SERVIDORES (CNAE 4752-1/00); COMERCIO VAREJISTA ARTIGOS DE PAPELARIA E ESCRITORIO, EMBALAGENS, MATERIAL EXPEDIENTE, MATERIAL ESCOLAR (CNAE 4761-0/03); COMERCIO VAREJISTA PEÇAS E ACESSORIOS, APARELHOS DOMESTICOS, PESSOAL, ELETRICOS, ELETRONICOS (CNAE 4757-1/00)..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
CNAE Nº 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico
CNAE Nº 4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
CNAE Nº 4757-1/00 - Cornércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
CNAE Nº 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
CNAE Nº 4751-2/02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A sociedade iniciará suas atividades em 15/01/2024 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 100.000,00 (cem mil reais) em moeda corrente no Pais

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e será integralizado até o dia 31/12/2025, em moeda corrente do País o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a partir de 15/01/2024 sendo distribuídas conforme segue:

Processo nº 06/2025
Folha nº 11
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
ESAU OLIVEIRA ASSIS	192000	192.000,00	96,00
JOARLENS FERNANDES MADEIRA	8000	8.000,00	4,00
TOTAL:	200000	200.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelo sócio **ESAU OLIVEIRA ASSIS** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)
O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE
Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL
Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no §

Processo nº 26.2025
Folha nº 28
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA

4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CLÁUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cabeceiras - GO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Cabeceiras - GO, 15 de janeiro de 2024

ESAU OLIVEIRA ASSIS
Sócio/Administrador

JOARLENS FERNANDES MADEIRA
Sócio

Processo nº 06/2025
Folha nº 29
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 06/2025
Folha nº 80
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08322313551	ESAU OLIVEIRA ASSIS
08565459616	JOARLENS FERNANDES MADEIRA

JUCEG

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/01/2024 08:53 SOB Nº 52206344441.
PROTOCOLO: 240161955 DE 17/01/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12400613339. CNPJ DA SEDE: 53528219000124.
NIRE: 52206344441. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/01/2024.
ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

ESAU OLIVEIRA ASSIS, BRASILEIRO , SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 26/07/1997, n° do CPF 083.223.135-51, residente e domiciliado na cidade de Anagé - BA, na RUA cladionor silva, nº sn, sao joao batista, CEP: 45180-000;

JOARLENS FERNANDES MADEIRA, BRASILEIRO , SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 30/04/1988, n° do CPF 085.654.596-16, residente e domiciliado na cidade de Anagé - BA, na AVENIDA 2, nº 89, sao joao batista, CEP: 45180-000;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade empresária limitada, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adotará como nome empresarial: **ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA** , e usará a expressão ASSIS ELETRO como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: AVENIDA BRASILIA, nº SN, CENTRO, Cabeceiras - GO, CEP: 73870000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (CNAE 47512/01); RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS INFORMATICA (CNAE 4751-2/02); COMERCIO VAREJISTA MATERIAL ELETRICO (CNAE 4742-3/00); COMERCIO VAREJISTA EQUIPAMENTOS TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, CAMARAS E GRAVADORES, SERVIDORES (CNAE 4752-1/00); COMERCIO VAREJISTA ARTIGOS DE PAPELARIA E ESCRITORIO, EMBALAGENS, MATERIAL EXPEDIENTE, MATERIAL ESCOLAR (CNAE 4761-0/03); COMERCIO VAREJISTA PEÇAS E ACESSORIOS, APARELHOS DOMESTICOS, PESSOAL, ELETRICOS, ELETRONICOS (CNAE 4757-1/00).

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (CNAE 47512/01); RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS INFORMATICA (CNAE 4751-2/02); COMERCIO VAREJISTA MATERIAL ELETRICO (CNAE 4742-3/00); COMERCIO VAREJISTA EQUIPAMENTOS TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, CAMARAS E GRAVADORES, SERVIDORES (CNAE 4752-1/00); COMERCIO VAREJISTA ARTIGOS DE PAPELARIA E ESCRITORIO, EMBALAGENS, MATERIAL EXPEDIENTE, MATERIAL ESCOLAR (CNAE 4761-0/03); COMERCIO VAREJISTA PEÇAS E ACESSORIOS, APARELHOS DOMESTICOS, PESSOAL, ELETRICOS, ELETRONICOS (CNAE 4757-1/00)..

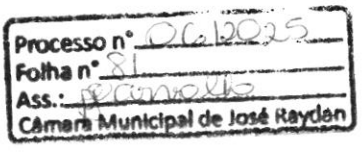
E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
CNAE Nº 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico
CNAE Nº 4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
CNAE Nº 4757-1/00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
CNAE Nº 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
CNAE Nº 4751-2/02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A sociedade iniciará suas atividades em 15/01/2024 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 100.000,00 (cem mil reais) em moeda corrente no Pais

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e será integralizado até o dia 31/12/2025, em moeda corrente do País o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a partir de 15/01/2024 sendo distribuídas conforme segue:



CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
ESAU OLIVEIRA ASSIS	192000	192.000,00	96,00
JOARLENS FERNANDES MADEIRA	8000	8.000,00	4,00
TOTAL:	200000	200.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelo sócio **ESAU OLIVEIRA ASSIS** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)
O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE
Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL
Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no §

Processo nº 026/2025
Folha nº 82
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA

4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CLÁUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cabeceiras - GO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Cabeceiras - GO, 15 de janeiro de 2024

ESAU OLIVEIRA ASSIS
Sócio/Administrador

JOARLENS FERNANDES MADEIRA
Sócio

Processo nº 26/2025
Folha nº 83
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08322313551	ESAU OLIVEIRA ASSIS
08565459616	JOARLENS FERNANDES MADEIRA

Processo nº 06/2025
Folha nº 84
Ass.
Câmara Municipal de José Raydan

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/01/2024 08:53 SOB Nº 52206344441.
PROTOCOLO: 240161955 DE 17/01/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12400613339. CNPJ DA SEDE: 53528219000124.
NIRE: 52206344441. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/01/2024.
ASSIS & PARTICIPAÇÕES LTDA

JUCEG

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informados sobre os respectivos códigos de verificação.

ATA DE SESSÃO

Processo Licitatório nº 006/2025
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 005/2025
Objeto: **Dispensa de licitação para Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, conforme termo de referência e demais anexos do aviso de dispensa de licitação nº 005/2025**.

SÍNTESE

Aos vinte seis dias do mês de maio de 2025, às 09h00, reuniu-se o Agente de Contratação, Pamela de Jesus Carvalho, acompanhado dos membros da equipe de apoio, designados por meio da Portaria n.º 06/2025. O objetivo da reunião foi iniciar a análise das Propostas de Preços relativas à **Dispensa de Licitação n.º 005/2025 – Processo Licitatório n.º 006/2025,** nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos).

O **Aviso de Dispensa** foi devidamente publicado no sítio oficial da Câmara Municipal de José Raydan/MG, no dia 05(cinco) de março de 2025, disponível no endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br.

ANÁLISE DA PROPOSTA

Às 09:00 do dia 26 de maio de 2025 foram recebidos via e-mail camarajraydan@yahoo.com.br as **Propostas Iniciais** e **Documentação de Habilitação**, conforme exigido no item **V.** do Aviso de Dispensa. Durante a análise, constatou-se que: **A Propostas Inicial** da empresa **ASSSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº53.528.219/0001-24**, apresentou a - **Proposta Comercial com seus respectivos documentos de Habilitação.**

Processo nº 06/2025
Folha nº 85
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Ao analisar as propostas comerciais e documentos de habilitação foi constatado que a proposta da empresa **ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº53.528.219/0001-24** verificou sua consonância com o aviso, foram verificados seus documentos de habilitação que conta conforme exigido no aviso, sendo assim considerada apta a prestar os serviços.

ENCERRAMENTO:

Ao final da análise das propostas e não comparecendo outra empresa interessada encerrou-se o recebimento de propostas e habilitação. O Agente de Contratação determinou a publicação desta decisão e a ciência dos interessados. Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião, da qual lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada sem restrições, foi assinada por todos.

José Raydan/MG, 25 de maio de 2025.

Pamela de Jesus Carvalho

Pamela de Jesus Carvalho

Agente de Contratação

_____

Equipe de Apoio

_____

Equipe de Apoio

Processo nº 06/2025
Folha nº 86
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

RATIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO.

Processo nº 06/2025
Folha nº 07
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PROCESSO N° 006/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.05/2025

Considerando o disposto na solicitação apresentada pela Secretaria Executiva da Câmara Municipal de José Raydan ratifico o Procedimento de Contração após a análise dos documentos de proposta e habilitação enviados pela Agente de Contratação.

Considerando ainda, a **OBJETO: Dispensa de licitação para Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, conforme termo de referência e demais anexos do aviso de dispensa de licitação nº 005/2025.**

condução de todo o procedimento pelo Agente de Contratação nomeado através da Portaria n.º 07/2025 e a decisão por ela proferida e o parecer da Assessoria Jurídica quanto ao enquadramento legal da contratação, entendendo possível a inclusão da mesma nos termos dos dispositivos legais previstos na Lei nº 14.133/2021.

RATIFICO a **Dispensa de licitação para Contratação de pessoa jurídica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de segurança com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, conforme termo de referência e demais anexos do aviso de dispensa de licitação nº 005/2025.**

Em favor da Contratada **ASSSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA INSCRITA NO CNPJ N°53.528.219/0001-24**, no valor total de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)mensais totalizando R$ 38.400,00(trinta e oito mil e quatrocentos reais) anual já

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre a Câmara.

Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Processo nº 26/2025
Folha nº 88
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Atenciosamente;

José Raydan 26 de maio de 2025

Heuller Mariano Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 06/2025
Folha nº 89
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PROCESSO Nº. 006/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 005/2025

CONTRATO Nº. 006/2025, QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE **JOSÉ RAYDAN/MG** E A EMPRESA **ASSSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA** INSCRITA NO CNPJ N°53.528.219/0001-24, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1. DO CONTRATANTE:

A CÂMARA MUNICIPAL DE **JOSÉ RAYDAN**/MG, Inscrita no CNPJ Nº 07.332.390/0001-46, com sede na Avenida Padre Luiz Barroso, 33 Serafim Peixoto, José Raydan/MG, neste ato representado por seu Presidente, Heuller Mariano Gonçalves, brasileiro, portador do RG MG-17.044.059, e do CPF Nº 104.860.316-40, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua B, Nº 220 Bairro Centro Cidade José Raydan-MG.

1.2 DO CONTRATADO:

A EMPRESA ASSSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA INSCRITA NO CNPJ N°53.528.219/0001-24, com sede na ENDEREÇO: AV BRASILIA, SN, CENTRO, CABECEIRAS, GO TELEFONE 77 999126813: EMAIL: assiseassis4@gmail.com, nesta cidade, neste ato representada por seu(sua) representante legal, ESAU OLIVEIRA ASSIS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, nascido(a) em 26/07/1997, n° do CPF 083.223.135-51, residente e domiciliado na cidade de Anagé - BA, na RUA Claudionor silva, nº sn, sao joao batista, CEP: 45180-000.

1.3. DOS FUNDAMENTOS:

A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº. 006/2025, Dispensa de Licitação nº. 005/2025, de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, com destaque para o artigo 75 e para o inciso II do artigo respectivo diploma legal e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

Processo nº 06/2025
Folha nº 10
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente: a Contratação de pessoa juridica para Manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnostico de sistemas operacionais, programas e instalação de recursos de ti, manutenção do circuito fechado de câmeras de seguranças com a manutenção nos softwares pertinentes em atendimento ás demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, conforme termo de referência e demais anexos do aviso de dispensa de licitação nº 005/2025.

CLÁUSULA III -- DO PRAZO, VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

3.1. DO PRAZO:

O período de contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura deste contrato, prorrogáveis a critério da Câmara, mediante a celebração termo aditivo e desde que autorizado em lei

Havendo prorrogação da vigência contratual, o valor mensal será reajustado considerando o índice IPCA para corrigir os efeitos da inflação. Na oportunidade será utilizado o índice acumulado disponível no 12º mês.

IV - DO VALOR E DO PAGAMENTO:

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)mensais totalizando R$ 38.400,00(trinta e oito mil e quatroscentos reais) anual já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre a Câmara:

4.2. O pagamento decorrente da concretização do objeto deste Contrato será realizado pela Tesouraria da Contratante, por processo legal, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, mensalmente a contar da data dos serviços prestados.

4.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.5. Se o objeto não for entregue/executado conforme condições propostas, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

5.1. As obrigações da **contratante e contratada** estão dispostas no Termo de Referência anexo ao presente contrato.

Processo nº 06/2025
Folha nº 91
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. Os recursos necessários à execução do objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01 Câmara Municipal 3.3.90.36.00 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos ficha 08

CLÁUSULA VII - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida pela **Servidor designado** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração do Legislativo;

7.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

7.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

7.4 O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.

7.5. O recolhimento das multas deverá ser feito através de guia própria da Câmara Municipal de José Raydan, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data em que for aplicada a multa em definitivo (após garantido o contraditório e ampla defesa), com o setor de tributos da entidade.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES:

8.1 As sanções estão descritas no Termo de referência;

CLÁUSULA IX - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:

9.1. São motivos de rescisão deste contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial da Câmara e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n.

14.133/2021.

Processo nº 06/2025
Folha nº 92
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA XI – DO FORO:

11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Maria do Suaçuí/MG, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento. E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

José Raydan/MG, 26 de maio de 2025.

Heuller Mariano Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan

Biênio 2025/2026

ASSSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Contratado

Testemunhas:

01_____

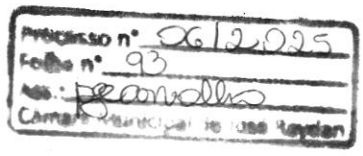
CPF:_____

02_____

CPF:_____

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025



Contratante: Câmara Municipal de José Raydan/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 15.033.151/0001-13, com sede na Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto, José Raydan/MG, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Heuller Gonçalves Mariano.

Contratada: ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 53.528.219/0001-24, com sede na Avenida Brasília, s/nº, Centro, Cabeceiras/GO, neste ato representada pelo Sr. **Esaú Oliveira Assis**.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação, bem como manutenção do circuito fechado de segurança, compreendendo a manutenção dos softwares pertinentes, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, com início em 26 de maio de 2025 e término em 26 de maio de 2026, admitida prorrogação na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Mensal: Conforme estabelecido no Contrato Administrativo nº 06/2025.

Valor Global: Conforme estabelecido no Contrato Administrativo nº 06/2025.

Data da Assinatura: 26 de maio de 2025.

José Raydan/MG, 26 de maio de 2025.

Heuller Gonçalves Mariano

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/M

Processo nº 06/2025
Folha nº 91
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO FISCAL DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

Processo nº 06/2025
Folha nº 05
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

À Presidência da Câmara Municipal de José Raydan/MG

Assunto: Solicitação de Prorrogação da Vigência Contratual.

Na qualidade de Fiscal do Contrato Administrativo nº 06/2025, designado para acompanhar e fiscalizar sua execução, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, apresento a presente manifestação acerca da necessidade de prorrogação da vigência contratual, cuja expiração está prevista para o dia 26 de maio de 2026.

O referido contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação, bem como manutenção do circuito fechado de monitoramento por câmeras e dos respectivos softwares, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Durante toda a execução contratual, verificou-se que a empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.528.219/0001-24, vem desempenhando suas obrigações de forma satisfatória, atendendo às solicitações da Administração com eficiência, responsabilidade técnica e observância das condições pactuadas, não havendo registros de descumprimento contratual que desabonem a continuidade da relação jurídica.

Os serviços objeto da contratação possuem natureza contínua, sendo indispensáveis ao funcionamento da infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal. A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e dos sistemas utilizados diariamente assegura o regular desenvolvimento das atividades administrativas e legislativas, reduzindo riscos de interrupção dos serviços públicos, perda de informações, indisponibilidade dos sistemas institucionais e falhas no funcionamento dos equipamentos utilizados pelos setores administrativos e pelo Plenário.

Além disso, a manutenção periódica do circuito fechado de monitoramento eletrônico constitui medida indispensável à preservação do patrimônio público, à segurança das instalações e ao adequado funcionamento dos equipamentos de vigilância, cuja disponibilidade contínua atende ao interesse público e às necessidades permanentes da Administração.

Sob o aspecto da Vantajosidade administrativa, observa-se que a prorrogação contratual revela-se medida mais eficiente e econômica do que a realização imediata de nova contratação, uma vez que a empresa contratada possui pleno conhecimento da infraestrutura tecnológica existente, dos equipamentos instalados e das rotinas operacionais da Câmara Municipal, circunstâncias que proporcionam maior agilidade na prestação dos serviços, continuidade da assistência técnica e redução dos riscos inerentes à substituição de prestador.

A prorrogação pretendida encontra respaldo nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autorizam a prorrogação dos contratos administrativos de prestação de serviços de natureza contínua, desde que demonstrados o interesse público, a Vantajosidade para a Administração, a manutenção das condições de habilitação da contratada e a existência de disponibilidade orçamentária.

Diante do exposto, considerando a necessidade permanente dos serviços, o desempenho satisfatório da contratada, a inexistência de ocorrências que impeçam a continuidade da execução contratual e o interesse público na manutenção dos serviços de suporte em tecnologia da informação, manifesto-me favoravelmente à prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 06/2025, recomendando o prosseguimento do procedimento administrativo destinado à celebração do respectivo Termo Aditivo, observadas as demais exigências legais pertinentes.

José Raydan/MG, 08 de maio de 2026.

Pâmela de Jesus Carvalho

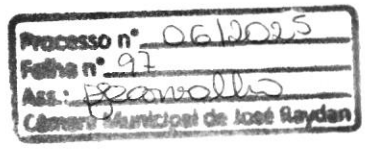
Fiscal do Contrato

Processo nº 06/2025
Folha nº 96
Ass.: Carvalho
Câmara Municipal de José Raydan

Câmara Municipal de José Raydan/MG

MANIFESTAÇÃO DA CONTRATADA QUANTO AO INTERESSE NA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025



À
Câmara Municipal de José Raydan/MG

A empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 53.528.219/0001-24, com sede na Avenida Brasília, s/nº, Centro, Cabeceiras/GO, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Esaú Oliveira Assis, vem, respeitosamente, perante a Câmara Municipal de José Raydan/MG, manifestar-se quanto ao interesse na prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 06/2025, celebrado em decorrência do Processo Administrativo nº 06/2025 – Dispensa de Licitação nº 05/2025, nos seguintes termos:

A Contratada manifesta expressamente seu interesse na prorrogação da vigência contratual, permanecendo à disposição da Administração para dar continuidade à execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação e manutenção do circuito fechado de monitoramento, objeto do contrato em referência.

Declara que possui plena capacidade técnica, operacional e administrativa para continuar executando os serviços contratados, comprometendo-se a manter o mesmo padrão de qualidade, eficiência e responsabilidade que vem sendo observado durante toda a execução contratual, em conformidade com as obrigações assumidas e com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Contratada declara, ainda, que mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comprometendo-se a apresentar, sempre que solicitado pela Administração, a documentação comprobatória de sua regularidade

jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Informa, igualmente, que concorda com a manutenção das condições originalmente pactuadas, inclusive quanto ao objeto contratado, permanecendo sujeita às cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 06/2025, ressalvada eventual atualização do valor contratual, caso cabível, na forma prevista no contrato e na legislação vigente.

Por fim, coloca-se à disposição da Administração para a assinatura do respectivo Termo Aditivo, reafirmando seu compromisso com a continuidade da prestação dos serviços e com o atendimento ao interesse público, contribuindo para o regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Cabeceiras/GO, 08 de maio de 2026.

Processo nº 06/2025
Folha nº 98
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ nº 53.528.219/0001-24

Esaú Oliveira Assis
Representante Legal

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

MEMORANDO INTERNO

Ao Setor de Compras/Pesquisa de Preços

Assunto: Solicitação de Pesquisa de Vantajosidade para Prorrogação Contratual

Considerando a solicitação apresentada pelo Fiscal do Contrato Administrativo nº 06/2025, bem como a manifestação formal da empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 53.528.219/0001-24, demonstrando interesse na prorrogação da vigência contratual, encaminho os autos para a realização de pesquisa de mercado, com a finalidade de verificar a Vantajosidade da manutenção dos preços atualmente contratados.

A pesquisa deverá abranger os principais itens constantes do contrato administrativo, utilizando parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, preferencialmente mediante consulta a fornecedores do ramo, pesquisa em bancos de preços públicos, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais fontes idôneas disponíveis. O objetivo é demonstrar, de forma técnica e fundamentada, que os preços atualmente praticados permanecem compatíveis com os valores de mercado, assegurando que a eventual prorrogação contratual atenda ao interesse público e aos princípios da economicidade, eficiência e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Concluída a pesquisa, deverá ser elaborado Relatório de Pesquisa de Preços/Vantajosidade, contendo a metodologia empregada, as fontes consultadas, os valores obtidos e a conclusão quanto à conveniência econômica da prorrogação contratual. Após o cumprimento da presente diligência, os autos deverão retornar para prosseguimento da instrução processual.

Atenciosamente,

Processo nº 06/2025
Folha nº 99
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

José Raydan/MG, 11 de maio de 2026.

Pâmela de Jesus Carvalho

Fiscal do Contrato

Câmara Municipal de José Raydan/MG

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE
SETOR DE CONTRATAÇÃO

CONDE PB
FLS 629

Processo nº 06/2025
Fls. nº 100
Ass.
Câmara Municipal de José Rayden

DISPENSA Nº DV00001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260127DV00001

CONTRATO Nº: 00040/2026-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE E JOSE AUGUSTINHO RIBEIRO, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Conde - Rodovia Pb 018, S/N - Rodovia - Conde - PB, CNPJ nº 08.916.645/0001-80, neste ato representada pela Prefeita Karla Maria Martins Pimentel, Brasileira, Casada, residente e domiciliada na Rua Maresia, S/N - Qd 128 Lts 07/08 - Village Jacuma - Conde - PB, CPF nº 818.938.504-63, Carteira de Identidade nº 4318419 SSP-PE, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado JOSE AUGUSTINHO RIBEIRO - 10 R REDIALDO DE OLIVEIRA EPAMINONDAS, SN - CIDADE DAS CRIANCAS - CONDE - PB, CNPJ nº 59.163.730/0001-56, neste ato representado por Marcos Alexandre André Batista, CPF nº 890.813.159-00, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº DV00001/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 030, de 30 de Junho de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada pela Portaria nº DV 00001/2026 - 03, de 02 de Fevereiro de 2026, tem por objeto: Serviços de suporte técnico em rede, compreendendo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, segurança e monitoramento de redes informáticas; junto a Secretaria Municipal de Administração.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº DV00001/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:
O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ 57.337,50 (CINQUENTA E SETE MIL TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
Representado por: 11 x R$ 5.212,50.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Serviços de suporte técnico em rede, compreendendo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, segurança e monitoramento de redes informáticas.	serviço	11	5.212,50	57.337,50
				Total:	57.337,50

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/01/2026.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

FLS 639

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:
As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: Recursos não Vinculados de Impostos: 07.00 - Secretaria de Administração. 04.122.2003.2043 - Atividades da Secretaria de Administração. 3.3.90.39.01 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. 3.3.90.40.01 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento. Quando do pagamento o equivalente a 1,5% do valor será creditado automaticamente ao FMEC Fundo Municipal de Economia Criativa – Lei Municipal nº 01029/2019.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:
Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:
a - Início: 3 (três) dias;
b - Conclusão: 330 (trezentos e trinta) dias.
A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:
Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Processo nº SC 12025
Folha nº 101
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os Contratantes.

FLS 648

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:
Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.
Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:
O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei n° 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6°, da Lei 13.709/18.
c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver

Processo nº 06.2025
Rubrica nº 102
Assinatura: [illegible]
Oficial de Base Ruyder

necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Conde.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Conde - PB, 03 de Fevereiro de 2026.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

KARLA MARIA MARTINS PIMENTEL
Prefeita
818.938.504-63

PELO CONTRATADO

Marcos A. Batista

JOSE AUGUSTINHO RIBEIRO
Marcos Alexandre André Batista
890.813.159-00

Processo nº 06/2025
Folha nº 103
Ass.:
Câmara Municipal de José Rayden

PROCESSO ADMINISTRATIVO
0148
ASSINADO ELETRONICAMENTE
CÂMARA

Processo nº 06/2025
Folha nº 104
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CONTRATO Nº 202602250004
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº DE 009.2026-CMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº DE 009.2026-CMA

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O(A) CAMARA MUNICIPAL DE ARACATI E ELAINE CRISTINA DE SENA SANTOS 02580064397.

O(A) CAMARA MUNICIPAL DE ARACATI, com sede no(a) Rua Coronel Alexanzito, 448, CEP 62.800-035, Centro, Aracati-CE, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 06.579.478/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) MARCELO PORTO DE FREITAS, matrícula funcional 1201588, inscrito no CPF/MF Nº ***.***.183-49, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ELAINE CRISTINA DE SENA SANTOS 02580064397, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 19.364.047/0001-62, sediado(a) no(a) JOAQUIM PONCIANO, 889, CENTRO, Aracati / CE - CEP: 62.800-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ELAINE CRISTINA DE SENA, inscrito no CPF nº CPF/MF Nº ***.***.643-97, tendo em vista o que consta no Processo nº DE 009.2026-CMA e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica de Licitação nº DE 009.2026-CMA, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é Contratação de empresa especializada no fornecimento e manutenção de equipamentos de informática e suprimentos correlatos., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Aviso de Contratação Direta.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

SEQ	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	Recarga de tinta Epson 544	Epson	Unidade	65.0	99,00	6.435,00
	Recarga de tinta Epson 544					
2	Recarga de Toner Brother TN 3472 DCP 5452	Brother	Unidade	50.0	198,00	9.900,00
	Recarga de Toner Brother TN 3472 DCP 5452					
3	Manutenção mensal de impressoras Brother TN 3472 DCP 5452	Brother	Serviço	60.0	292,00	17.520,00
	Manutenção mensal de impressoras Brother TN 3472 DCP 5452					
4	Manutenção mensal de impressoras Epson Ecotank	Epson	Serviço	60.0	283,00	16.980,00
	Manutenção mensal de impressoras Epson Ecotank					
						Valor total: 50.835,00

Processo nº 26/2025
Folha nº 105
Ass: Leonelha
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ARACATI
0149
ASSINADO ELETRONICAMENTE

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 26 de fevereiro de 2026 e encerramento em 26 de fevereiro de 2027, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 50.835,00 (cinquenta mil, oitocentos e trinta e cinco reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Camara Municipal de Aracati, na classificação abaixo: 0101.01.031.0042.2.001 - Desenvolvimento e Manutencao das Atividades do Legislativo, R$ 16.335,00 / R$ 17.520,00 / R$ 16.980,00 nos elementos de despesa 33903000/33903900: Material de Consumo /Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; sub elementos 33903017/33903917: MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS / MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS; Fonte de Recurso 1500000000: recursos não vinculados de impostos.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº DE 009.2026-CMA.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

Processo nº 06/2025
Folha nº 106
Ass.:
Câmara Municipal de José Rayden

CÂMARA PROCESSO ADMINISTRATIVO ARACATI
0150
ASSINADO ELETRONICAMENTE

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº DE 009.2026-CMA.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº DE 009.2026-CMA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Contratação Direta nº DE 009.2026-CMA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Contratação Direta nº DE 009.2026-CMA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 106 e 137, combinado com o art. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se a CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos previstas no art. 104 da Lei 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos bens/produtos sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o art. 129 da Lei nº 14.133, de 2021..

Processo nº 06/2025
Folha nº 107
Ass.: [signature]
Câmara Municipal de José Raydan

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0151 ASSINADO ELETRONICAMENTE

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no sitio eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto no art. 94 Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Aracati para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 151, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

ARACATI/CE, 26 de fevereiro de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACATI **CNPJ/MF Nº 06.579.478/0001-02** **MARCELO PORTO DE FREITAS** **Responsável legal da CONTRATANTE**	Elaine Cristina de Sena Santos ELAINE CRISTINA DE SENA SANTOS 02580064397 **CNPJ/MF Nº 19.364.047/0001-62** **ELAINE CRISTINA DE SENA** **Responsável legal da CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1 [illegible] ×××××22319
2 [illegible] ××× ××× 493-87

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2026

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE **ALTO PARAÍSO-PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, com sede administrativa na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, centro, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr **LUIZ ELISEU DOS SANTOS**, brasileiro, maior, casado, na qualidade de Prefeito Municipal, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade RG 5.407.055-1-SSP/PR e do CPF nº 744.998.319-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **GL ASSESSORIA TECNICA ADMINISTRATIVA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 80.890.502/0001-74, com sede à Rua Amazonas, nº180, sala 02, Bairro: conjunto seringueira, CEP:87.780-000, na Cidade de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, telefone: (44) 99965-6777, e-mail: glassess@uol.com.br; doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. **GILMAR APARECIDO DE ARAUJO**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade, RG nº 9.346.088-0 SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº 894.323.048-68, residente e domiciliado na Rua: Albino Silva, nº 455, Jd. Curitiba, na cidade de Paranavaí, Estado Paraná, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n. º011/2026 e no Pregão Eletrônico nº 008/2026, homologado pelo Decreto nº3799/2026, em 18/03/2026, publicado no Diário municipal, em 19/03/2026, edição nº. 13.563, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar Municipal nº 109, de 08 de Junho de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e do Decreto Municipal nº 3195/2024 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de locação, implantação, conversão de dados, manutenção, suporte técnico, atualização e licença de uso de sistemas de informática, destinados à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento do Município de Alto Paraíso, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, **bem como na proposta da CONTRATADA.**

Os serviços serão executados conforme especificações abaixo:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CONTROLE DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA COM INTERFACE ENTRE * SPR (SISTEMA DO PRODUTOR RURAL DA SECRETARIA DA FAZENDA) POSSIBILITANDO: - IMPORTAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR EMITIDAS PELOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE FORMA ELETRÔNICA E DISPONIBILIZADOS NO NOVO PORTAL (DEVENDO ESSES SEREM REPASSADOS PARA A CONTRATADA PELA CONTRATANTE MENSALMENTE); - IMPORTAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS DE ENTRADA EMITIDAS PELAS EMPRESAS REF. AS COMERCIALIZAÇÕES EFETUADAS COM OS PRODUTORES DO MUNICÍPIO E DISPONIBILIZADOS NO NOVO PORTAL (DEVENDO ESSES SEREM REPASSADOS PARA A CONTRATADA PELA CONTRATANTE MENSALMENTE); - AGILIDADE NO ATENDIMENTO AOS PRODUTORES, INCLUSÃO, ALTERAÇÃO, BAIXA DOS CAD-PRO (CADASTRO DO PRODUTOR RURAL); IMPORTAÇÃO DE FORMA MAGNÉTICA DOS DADOS DE ESTIMATIVA/PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO INFORMADOS PELO DERAL (DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL) PARA O SISTEMA DE CONTROLE DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA COM A FINALIDADE DE LEVANTAR ERROS QUE POSSAM PREJUDICAR O MUNICÍPIO NA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO; LANÇAMENTO DOS DOCUMENTOS FISCAIS EMITIDOS PELOS PRODUTORES (ANTES DE 05/01/26) DE FORMA ÁGIL E SEGURA PARA POSTERIOR PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SPR ATRAVÉS DE INTERFACE NO MOMENTO MAIS OPORTUNO; - O SISTEMA DEVE POSSIBILITAR AO MUNICÍPIO, DESDE QUE AS INFORMAÇÕES SEJAM INSERIDAS NO MESMO, SABER TUDO O QUE ESTÁ SENDO OU SERÁ PRODUZIDO EM CADA PROPRIEDADE CADASTRADA, BEM COMO A ÁREA PLANTADA; -EMISSÃO DE RELATÓRIOS: A) LISTA DOS PRODUTORES, DEVENDO O MESMO DAR CONDIÇÃO DE ESCOLHA	MESES	12	3.100,00	37.200,00

Processo nº 06/2025
Folha nº 108
Ass: Ramalho
Câmara Municipal de José Raydan

	POR 02 TAMANHO DA ÁREA OCUPADA, FORMA DE DETENÇÃO (PROPRIETÁRIO, ARRENDATÁRIO, MEEIRO, ESPÓLIO, PARCEIRO, POSSEIRO, USUFRUTUÁRIO, COMODATÁRIO, CONDOMÍNIO, INVENTARIANTE, REPRESENTANTE OU ASSENTADO), DATA DO CADASTRO, ATIVOS, BAIXADOS; B) FICHA INDIVIDUAL DE CONTROLE DO PRODUTOR, LISTANDO TODAS AS COMERCIALIZAÇÕES OU APENAS AS VENDAS, CONFORME PERÍODO INFORMADO PELO USUÁRIO; C) DOCUMENTOS EMITIDOS POR DATA DE EMISSÃO OU LANÇAMENTO; D) LISTA POR EMPRESA ADQUIRENTE DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS DO MUNICÍPIO (RESUMIDO E DETALHADO); E) RESUMO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS POR ORDEM DE VALOR OU ALFABÉTICA; F) PARA MONTAGEM DO RECURSO DAS VENDAS/TRANSFERÊNCIAS DE PRODUTOR A PRODUTORES NÃO INSCRITOS NA CAD-ICMS E INTERESTADUAIS A SER ENCAMINHADOS PARA AGÊNCIA DE RENDAS/RECEITA ESTADUAL O QUAL SERÁ APROPRIADO PELO ESTADO PARA COMPOR PARTE DO VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO; G) COMPARATIVO DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS COM INFORMAÇÕES PASSADAS PELO DERAL; H) ANÁLISE VIA SISTEMA DOS VALORES APRESENTADOS NA EFD/DASN (VALOR TOTAL DAS COMPRAS DE PRODUTOS PRIMÁRIOS) LISTANDO AS EMPRESAS QUE INFORMARAM VALOR MENOR OU NÃO INFORMARAM COM BASE NO CONTROLE DAS NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR OU NOTAS FISCAIS DE ENTRADA EMITIDAS PELAS EMPRESAS QUE ADQUIRAM PRODUÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICÍPIO. OBS.: NO CASO DO MUNICÍPIO PRECISAR DE ALGUM RELATÓRIO QUE O SISTEMA NÃO DISPONIBILIZE O MESMO DEVERÁ SER IMPLEMENTADO NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO POR ESCRITO. 2) CONTROLE DOS DOCUMENTOS FISCAIS (EFDVA, PGDAS-D, DEFIS) POSSIBILITANDO: IMPORTAÇÃO DOS DADOS DOS DOCUMENTOS FISCAIS DO MUNICÍPIO (INDÚSTRIA E COMÉRCIO), VALORES APROPRIADOS (ENTRADA X SAÍDA) OU RECEITA BRUTA - IDENTIFICAÇÃO POR EMPRESA SE TIPO NORMAL OU SIMPLES, INFORMAÇÕES DO CONTADOR RESPONSÁVEL COMO NOME, TELEFONE, CRC; ELABORAÇÃO DE PETIÇÃO À SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS DO PARANÁ, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS VIGENTES, PARA SER ENCAMINHADA PELA CONTRATANTE; - EMISSÃO DE RELATÓRIOS: A) RELAÇÃO DE EMPRESAS POR CONTADOR; B) RELAÇÃO DE EMPRESAS POR ORDEM DE VALOR ADICIONADO, RAZÃO SOCIAL OU INSCRIÇÃO, COM OPÇÃO DE ESCOLHA POR TIPO DE REGIME NORMAL, SIMPLES OU TODAS; C) RELAÇÃO DE EMPRESAS CUJOS DOCUMENTOS FORAM; RECEBIDOS, NÃO RECEBIDOS OU TODAS, POR TIPO DE REGIME (NORMAL, SIMPLES OU TODAS). OBS.: NO CASO DO MUNICÍPIO PRECISAR DE ALGUM RELATÓRIO QUE O SISTEMA NÃO DISPONIBILIZE O MESMO DEVERÁ SER IMPLEMENTADO NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO POR ESCRITO.				
02	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS PARA CONTROLE DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA COM INTERFACE ENTRE O SPR (SISTEMA DO PRODUTOR RURAL DA SECRETARIA DA FAZENDA) E CONTROLE DOS DOCUMENTOS FISCAIS (EFD/VA, PGDAS-D, DEFIS).	SRVÇ	01	3.100,00	3.100,00

Parágrafo único. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - o edital do processo licitatório e seus anexos;

II – o Termo de Referência;

III – a proposta da CONTRATADA;

IV – os demais documentos constantes do Processo Licitatório nº 011/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do presente contrato serão realizados por servidor(es) designado(s) pela Administração, mediante Portaria, em conformidade com o Decreto Municipal nº 3187/2024 e com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

I - Compete ao gestor do contrato o acompanhamento administrativo da execução contratual, especialmente quanto aos prazos, prorrogações, alterações, pagamentos e demais aspectos relacionados à gestão do contrato.

II - Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento da execução do objeto, devendo verificar o cumprimento das obrigações contratuais, bem como registrar e comunicar eventuais falhas, irregularidades ou inconsistências, determinando as providências necessárias à sua correção.

Processo nº 26/2025
Folha nº 109
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

III - O gestor e o fiscal do contrato deverão manter registros formais de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, dando ciência à **CONTRATADA** e adotando as medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Primeiro: A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com a Contratada.
I – Em caso de prorrogação, deverá ser analisado se a Contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, **nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.**
Parágrafo Segundo: A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme inciso II, da cláusula vigésima, do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO
I – O valor total da presente contratação é de R$ 40.300,00 (quarenta mil e trezentos reais).
II - Pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará à CONTRATADA o valor mensal de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais), pelo período de 12 (doze) meses, totalizando R$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais).
III- Pelos serviços de implantação do sistema, será pago o valor único de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais), após a efetiva realização dos serviços.
IV– No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do contrato.
Parágrafo único. Sobre os valores devidos poderão incidir as retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive ISSQN, quando cabível.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
I – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do ateste da execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura;
II – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura no momento em que o fiscal do contrato atestar a execução do objeto;
III – Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, iniciando-se novo prazo após a correção, sem ônus ao Contratante;
IV – Em caso de atraso de pagamento, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo INPC/IBGE, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.
Parágrafo único: O pagamento ficará condicionado à regularidade fiscal da **CONTRATADA**, bem como à comprovação da execução do objeto, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA/RECIBO
A CONTRATADA, quando da emissão de notas fiscais/faturas/recibo, deverá fazer constar o Pregão Eletrônico nº 008/2026 e o Contrato, cumulado com Prestação de Serviços nº 010/2026 – PMAP.
Parágrafo Único: As notas fiscais/faturas ou os recibos deverão ser emitidos em nome do MUNICÍPIO DE Alto Paraíso inscrito no CNPJ nº 95.640.736/0001-30 com as informações contidas na Nota de Empenho.

Processo nº 06/2025
Folha nº 10
Ass.:
Câmara Municipal de Alto Paraíso

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

I – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da **data-base do orçamento estimado**;

II – Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art.
25, da Lei nº 14.133/2021;

III – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

IV – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

IV– Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

V– Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso II desta cláusula;

VI– Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

VII– O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com o presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Desp.	Elemento	Descricao	Funcional	Unidade
6033	339040060000	LOCACAO DE SOFTWARE	04.03..04.129.0006.2.019	DIV. TRIBUTOS, ARRECADACAO, FISCALIZACAO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam no Termo de Referência, anexo ao Pregão Eletrônico nº 008/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO

I – Implantação

a) A CONTRATADA deverá realizar a implantação dos sistemas no prazo máximo de 10 dias, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço.

b) A implantação compreende a instalação, configuração, conversão de dados e treinamento dos usuários.

II – Suporte Técnico

a) A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência do contrato.

b) O atendimento deverá ocorrer por meio de canais eletrônicos e/ou telefônicos.

III – Manutenção

a) A CONTRATADA deverá realizar manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas, garantindo seu pleno funcionamento.

b) As correções de falhas deverão ser realizadas em prazo compatível com a criticidade do problema.

Processo nº 26/2025
Folha nº 11
Ass.: Câmara Municipal de José Raydan

IV – Disponibilidade
a) A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade e funcionamento contínuo dos sistemas.
b) Em caso de falha, deverá providenciar a correção no menor tempo possível, sem prejuízo das atividades administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
I – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por representante(s) do CONTRATANTE, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
II – A verificação da adequação dos serviços será realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;
III – O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou irregularidades observadas, nos termos do §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
IV – A execução dos serviços deverá ser acompanhada e validada conforme as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA;
V – A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, com poderes para solucionar demandas decorrentes da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021;
VI – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação das sanções previstas na legislação vigente, podendo culminar na rescisão contratual, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021;
VII – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, não implicando corresponsabilidade do CONTRATANTE, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
Além das obrigações previstas em lei, o CONTRATANTE deverá:
I – Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme este contrato e seus anexos;
II – Receber os serviços contratados nos prazos e condições estabelecidos;
III – Atestar a execução dos serviços, verificando sua conformidade com o Termo de Referência, o contrato e a proposta da CONTRATADA;
IV – Notificar por escrito a CONTRATADA acerca de qualquer falha, irregularidade ou inadequação na execução dos serviços, para que sejam corrigidas ou regularizadas às suas expensas;
V – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor designado, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas;
VI – Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições e prazos previstos neste contrato;
VII – Aplicar as sanções previstas em lei e neste contrato, em caso de descumprimento das obrigações;
VIII – Decidir sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os pedidos manifestamente impertinentes ou protelatórios;
IX – Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos da legislação vigente;
Parágrafo único. O CONTRATANTE não se responsabiliza por compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Além das obrigações previstas em lei, a CONTRATADA deverá:
I – Cumprir integralmente as cláusulas contratuais e seus anexos, responsabilizando-se pelos riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;

Processo nº 26/2025
Folha nº 112
Ass.
Câmara Municipal de José Raydan

II – Implantar, disponibilizar e manter o sistema em pleno funcionamento, conforme especificações, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência;
III – Responder por vícios, falhas ou danos decorrentes da execução do objeto, aplicando-se subsidiariamente o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
IV – Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução do contrato;
V – Atender às determinações do fiscal, gestor ou autoridade competente, prestando os esclarecimentos solicitados;
VI – Corrigir, ajustar ou regularizar, às suas expensas, quaisquer falhas ou inconsistências verificadas na execução dos serviços;
VII – Responder por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
VIII – Não contratar, durante a execução do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público envolvido na fiscalização ou gestão contratual;
IX – Cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e legais, não transferindo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade;
X – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
XI – Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável;
XII – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato;
XIII – Arcar com os custos decorrentes de falhas na execução ou de dimensionamento inadequado, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro;
XIV – Cumprir as normas técnicas e legislações aplicáveis à execução do objeto;
XV – Utilizar profissionais qualificados e recursos técnicos adequados à execução dos serviços;
XVI – Adotar medidas de proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
XVII – Indicar preposto para representá-la durante toda a execução do contrato;
XVIII – Emitir os documentos fiscais conforme previsto neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
I – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;
e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
II – Serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º;
Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos no art. 156, §4º;
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nos casos previstos no art. 156, §5º;

Processo nº 06/2025
Folha nº 113
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Multa, nos seguintes termos:

1. **Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);**

1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias poderá ensejar a extinção do contrato, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

2. **Compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.**

III – A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE, nos termos do art. 156, §9º.

IV – Será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 157.

V – Se a multa aplicada for superior ao valor eventualmente devido pelo CONTRATANTE, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente.

VI – A multa poderá ser recolhida no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação.

VII – A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

VIII – Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos causados à Administração;

a existência de programa de integridade, quando aplicável.

Parágrafo Primeiro. A aplicação de multa de mora não impede sua conversão em multa compensatória, nem a aplicação cumulativa de outras sanções, inclusive a extinção contratual.

Parágrafo Segundo. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos termos do art. 159.

Parágrafo Terceiro. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada nos casos previstos no art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Quarto. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, registrar as sanções aplicadas nos cadastros competentes, conforme art. 161.

Parágrafo Quinto. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

O CONTRATANTE poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

I – O contrato extingue-se com o término da vigência, desde que cumpridas as obrigações.

II – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada mediante justificativa.

III – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

IV– O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

V – A extinção do presente termo de contrato poderá ocorrer:

Processo nº 06/2025
Folha nº 14
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;
VI– O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas;
Parágrafo Primeiro: A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.
Parágrafo Segundo: Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE, advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.
Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/PROPOSTA
O presente contrato é oriundo do Processo Administrativo nº 011/2026 – Pregão Eletrônico nº 008/2026, bem como vincula-se à proposta da empresa vencedora, ora CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CESSÃO/TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO
A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações oriundas deste contrato, sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS
Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RENÚNCIA
A abstenção por parte do MUNICÍPIO, ora CONTRATANTE, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

Processo nº 26/2025
Folha nº 115
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

I – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, devendo ser analisadas por meio de processo administrativo próprio;

Parágrafo Primeiro. Em caso de aprovação, a alteração será formalizada por meio de termo aditivo, o qual integrará o presente instrumento para todos os fins e efeitos de direito, sendo divulgado nos meios oficiais de publicidade.

II – Os serviços previstos neste contrato poderão sofrer acréscimos ou supressões, desde que mantida a natureza do objeto contratado, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, observados os limites legais;

III – A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

IV – As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de Alto Paraíso/Pr, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO

É eleito o Foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias de março de 2026.

GILMAR APARECIDO DE ARAUJO:89432304868

Assinado digitalmente por GILMAR APARECIDO DE ARAUJO:89432304868
ND: C=BR, S=PR, L=Paraiso do Norte, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=22067251000198, OU=AC SyngularID Multipla, CN=GILMAR APARECIDO DE ARAUJO:89432304868
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.03.26 07:58:14-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
LUIZ ELISEU DOS SANTOS

GL ASSESSORIA TECNICA ADMINISTRATIVA LTDA CONTRATADA

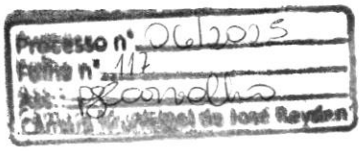
Processo nº 06/2025
Folha nº 116
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

DECLARAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS AO PROCESSO

Ao Setor de Licitações e Contratos
Processo Administrativo nº 06/2025
Dispensa de Licitação nº 05/2025



Assunto: Esclarecimento sobre os contratos anexados aos autos.

Considerando a instrução do procedimento administrativo destinado à prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 06/2025, firmado entre a Câmara Municipal de José Raydan/MG e a empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, o presente memorando tem por finalidade esclarecer a natureza e a finalidade dos documentos anexados aos autos referentes a contratos administrativos celebrados por outros órgãos públicos.

Declara-se que os contratos anexados ao presente processo, oriundos do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, possuem finalidade exclusivamente comprobatória, destinando-se a demonstrar os preços praticados pela Administração Pública em contratações de objetos idênticos ou semelhantes ao objeto deste procedimento, servindo como elemento de instrução para a análise da Vantajosidade econômica da prorrogação contratual, em conformidade com os arts. 23, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os documentos anexados referem-se às seguintes contratações públicas:

- Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba – Conselho Estadual de Saúde – Processo nº 00004/2026;
- Município de Conde/PB – Processo nº 260127DV00001;
- Câmara Municipal de Aracati/CE – Processo nº DE 009.2026-CMA;
- Município de Alto Paraíso/PR – Processo nº 11.

Ressalta-se que tais contratos não possuem qualquer vínculo jurídico com a contratação realizada por esta Câmara Municipal, tampouco integram a execução do Contrato Administrativo nº 06/2025. Sua juntada aos autos ocorreu unicamente

para subsidiar a demonstração da compatibilidade e da Vantajosidade do preço contratado, mediante comparação com valores efetivamente praticados por outros órgãos públicos em contratações semelhantes, reforçando a motivação administrativa para a prorrogação contratual.

Dessa forma, fica consignado que os referidos documentos devem ser interpretados apenas como pesquisa de mercado baseada em contratações públicas, não se confundindo com peças integrantes da contratação da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Encaminhe-se o presente memorando para juntada aos autos, a fim de conferir maior organização processual, transparência e segurança jurídica ao procedimento.

José Raydan/MG, 12 de maio de 2025.

Agente de Contratação
Câmara Municipal de José Raydan/MG

Processo nº 06/2025
Folha nº 118
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 06/2025
Folha nº 119
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

DEMONSTRAÇÃO DA VANTAJOSIDADE DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

DEMONSTRAÇÃO DA VANTAJOSIDADE ECONÔMICA DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Em atendimento ao disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública deve demonstrar, previamente à prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos, que a manutenção da contratação revela-se mais vantajosa do que a realização de um novo procedimento de contratação.

Com essa finalidade, a Câmara Municipal de José Raydan/MG promoveu levantamento de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, utilizando como parâmetro contratos administrativos vigentes firmados por outros órgãos públicos para objetos idênticos ou semelhantes ao objeto do Contrato Administrativo nº 06/2025, consistente na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, suporte técnico, manutenção de sistemas operacionais, redes e infraestrutura de tecnologia da informação.

O levantamento identificou os seguintes contratos públicos:

Órgão/Entidade	Objeto	Valor Global
Secretaria de Estado da	Manutenção preventiva e corretiva	R$

Saúde da Paraíba – Conselho Estadual de Saúde	em equipamentos de informática	49.800,00
Prefeitura Municipal de Conde/PB	Serviços de suporte técnico em rede, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, segurança e monitoramento de redes	R$ 57.337,50
Câmara Municipal de Aracati/CE	Fornecimento e manutenção de equipamentos de informática e suprimentos correlatos	R$ 50.835,00
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR	Prestação de serviços contínuos de informática, suporte técnico, manutenção e atualização de sistemas	R$ 40.300,00

Por sua vez, o contrato atualmente celebrado pela Câmara Municipal de José Raydan/MG possui valor mensal de R$ 3.200,00**, totalizando** R$ 38.400,00 para o período de 12 (doze) meses.

Conforme previsão contratual e observando o princípio da preservação do equilíbrio econômico-financeiro previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicado o reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, correspondente ao acumulado aproximado de 4,7%, resultando no novo valor mensal de R$ 3.350,40, perfazendo o valor anual de R$ 40.204,80.

Mesmo após a atualização monetária, verifica-se que o contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração Pública, conforme demonstrado a seguir:

Processo nº 06/2025
Folha nº 120
Ass.: [illegible]
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 06/2025
Folha nº 121
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Comparativo	Valor Anual
Contrato atual reajustado (José Raydan/MG)	R$ 40.204,80
Prefeitura de Alto Paraíso/PR	R$ 40.300,00
Secretaria de Estado da Saúde/PB	R$ 49.800,00
Câmara Municipal de Aracati/CE	R$ 50.835,00
Prefeitura de Conde/PB	R$ 57.337,50

Constata-se que o valor reajustado do contrato da Câmara Municipal de José Raydan/MG permanece inferior aos valores praticados em praticamente todas as contratações públicas pesquisadas, inclusive quando comparado a contratos com objetos semelhantes constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas, demonstrando que a Administração continuará contratando por preço compatível e vantajoso em relação ao mercado público.

Além do aspecto econômico, deve-se considerar que a empresa contratada já conhece toda a infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal, incluindo computadores, impressoras, scanners, notebooks, equipamentos de rede, sistemas operacionais, softwares utilizados pelos diversos setores administrativos e o sistema de monitoramento eletrônico, circunstância que reduz o tempo de atendimento, evita custos de adaptação de novo prestador e assegura a continuidade dos serviços sem interrupções.

Também foi constatado pelo Fiscal do Contrato que a execução contratual ocorreu de forma satisfatória, inexistindo registros de inadimplemento contratual ou de aplicação de penalidades à contratada, que vem cumprindo regularmente todas as obrigações assumidas, mantendo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, sob os aspectos econômico, técnico, operacional e administrativo, resta plenamente demonstrado que a prorrogação do Contrato Administrativo nº 06/2025 atende ao interesse público, preserva a continuidade dos serviços essenciais de tecnologia da informação e revela-se mais vantajosa para a Administração do que a realização de novo procedimento de contratação, atendendo às exigências dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

José Raydan/MG, 12 de maio de 2026.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Processo nº 06/2025
Folha nº 122
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 06/2025
Folha nº 12
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

Em atendimento à solicitação constante nos autos do Processo Administrativo nº 04/2025, e considerando a intenção da Administração em promover a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 06/2025, celebrado com a empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 53.528.219/0001-24, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação, bem como manutenção do circuito fechado de monitoramento por câmeras e dos respectivos softwares, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, DECLARO que existem recursos orçamentários suficientes para suportar as despesas decorrentes da prorrogação contratual.

As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, observando-se a classificação funcional programática e a natureza da despesa correspondente ao objeto contratado, podendo ser utilizadas, dentre outras, as seguintes dotações:

Órgão: Câmara Municipal de José Raydan/MG

Unidade Orçamentária: Câmara Municipal

Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 33903000 Material de consumo

Fica consignado que há previsão orçamentária e disponibilidade financeira para a continuidade da execução contratual, atendendo às exigências da Lei

Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

Encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica para emissão de parecer acerca da legalidade da prorrogação contratual.

José Raydan/MG, 13 de maio de 2026.

Responsável pelo Setor Contábil/Financeiro

Câmara Municipal de José Raydan/MG

Processo nº 06/2025
Folha nº 12H
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 06/2025
Folha nº 15
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de procedimento administrativo instaurado com a finalidade de promover a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 04/2025, celebrado entre a Câmara Municipal de José Raydan/MG e a empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 53.528.219/0001-24, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação, bem como manutenção do circuito fechado de monitoramento por câmeras e dos respectivos softwares, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Verifica-se que o processo encontra-se regularmente instruído, contendo a solicitação e justificativa do Fiscal do Contrato, manifestação expressa da contratada quanto ao interesse na prorrogação, pesquisa de mercado acompanhada da demonstração da Vantajosidade da manutenção da contratação, manifestação favorável do Agente de Contratação, declaração de disponibilidade orçamentária e parecer jurídico favorável à celebração do termo aditivo.

Constata-se, ainda, que permanecem presentes o interesse público, a necessidade administrativa, a Vantajosidade econômica da prorrogação e a manutenção das condições necessárias à continuidade da execução contratual, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante do exposto, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nas disposições relativas às alterações dos contratos administrativos, bem como considerando o Parecer Jurídico constante dos autos, que adoto como razão de decidir, AUTORIZO a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 04/2025, prorrogando sua

vigência, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais que não conflitarem com o presente aditamento.

Determino, ainda:

I – a elaboração e assinatura do competente Termo Aditivo pelas partes;

II – a publicação do extrato do Termo Aditivo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – a juntada aos autos do comprovante de publicação e demais documentos pertinentes;

IV – o prosseguimento dos atos administrativos necessários até o regular encerramento do procedimento.

Cumpra-se.

José Raydan/MG, 14 de maio de 2026.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN/MG

Processo nº 06/2025
Folha nº 126
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025, que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN/MG e a empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, na forma abaixo:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 15.033.151/0001-13, com sede na Avenida Padre Luiz Barroso Nº33 Bairro Serafim Peixoto Cidade de José Raydan/MG, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Heuller Gonçalves Mariano, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 53.528.219/0001-24, com sede na Avenida Brasília, s/nº, Centro, Cabeceiras/GO, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Esaú Oliveira Assis, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 06/2025, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação, bem como manutenção do circuito fechado de monitoramento por câmeras e dos respectivos softwares, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, assegurando a continuidade do fornecimento necessário ao regular funcionamento das atividades administrativas do Poder Legislativo Municipal.

Processo nº 06/2025
Folha nº 127
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 06/2025 por mais 12 (doze) meses, passando sua vigência de 27 de maio de 2026 a 27 de maio de 2027, em razão da permanência da necessidade administrativa, da continuidade do interesse público e da demonstração da Vantajosidade da manutenção da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente prorrogação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, nas cláusulas do contrato originário que autorizam sua prorrogação, bem como nos documentos que instruem o Processo Administrativo nº 06/2025, especialmente.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES CONTRATUAIS

Permanecem alterados os preços unitários contratados, observando-se que a Administração comprovou, mediante pesquisa de mercado realizada durante a instrução do presente processo administrativo, que os valores permanecem compatíveis com os atualmente praticados, caracterizando a Vantajosidade da prorrogação contratual. Os valores ficam alterados mensalmente conforme a aplicação do índice de preços ao consumidor considerado nos últimos 12 meses, passando a vigorar de R$3.200,00 para R$3.350,40 mensal

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, observadas as respectivas classificações orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e plenamente vigentes todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 06/2025 que não conflitarem com as disposições deste Termo Aditivo.

Processo nº 06/2025
Folha nº 128
Ass:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Termo Aditivo fica condicionada à publicação de seu extrato, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, providência que será adotada pela Câmara Municipal de José Raydan/MG.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Maria do Suaçuí/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste Termo Aditivo.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

José Raydan/MG, 25 de maio de 2026.

Processo nº 06/2025
Folha nº 129
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Presidente da Câmara Municipal

CONTRATANTE

ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF: _____

2. _____

CPF: _____

Processo nº 06/2025
Folha nº 130
Ass: [illegible]
Câmara Municipal de José Raydan

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

Contratante: Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Contratada: ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Objeto do Contrato: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação, bem como manutenção do circuito fechado de monitoramento por câmeras e dos respectivos softwares, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

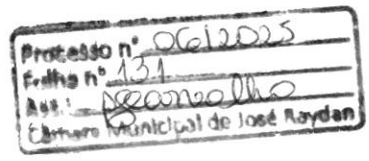
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 06/2025, visando assegurar a continuidade do dos serviços prestados necessários ao regular funcionamento das atividades administrativas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, cláusulas do Contrato Administrativo nº 06/2025, Processo Administrativo nº 06/2025, Parecer Jurídico e autorização da autoridade competente.

Prazo de Vigência: Fica prorrogada a vigência contratual por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 27 de mio de 2026 a 27 de maio de 2027. Os valores ficam alterados mensalmente conforme a aplicação do

índice de preços ao consumidor considerado nos últimos 12 meses, passando a vigorar de R$3.200,00 para R$3.350,40 mensal.

Data da Assinatura: 25 de maio de 2026.



José Raydan/MG, 25 de maio de 2026.

Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

A Câmara Municipal de José Raydan/MG, em cumprimento aos princípios da publicidade e da transparência previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 06/2025, conforme informações abaixo:

Processo nº 06/2025
Folha nº 12
Ass.: Carvalho
Câmara Municipal de José Raydan

Processo Administrativo: nº 06/2025

Contrato Administrativo: nº 06/2025

Espécie: Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência Contratual.

Contratante: Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Contratada: ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA;

Objeto do Contrato: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação, bem como manutenção do circuito fechado de monitoramento por câmeras e dos respectivos softwares, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Objeto do Aditivo: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 06/2025 por mais 12 (doze) meses, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.

Vigência do Aditivo: 27 de maio de 2026 a 27 de maio de 2027.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Processo Administrativo nº 06/2025, Parecer Jurídico, Despacho de Autorização da Presidência e demais documentos constantes dos autos.

José Raydan/MG, 25 de maio de 2026.

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Processo nº 06/2025
Folha nº 133
Ass: Câmara Municipal de José Raydan

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que o Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 06/2025, celebrado entre a Câmara Municipal de José Raydan/MG e a empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.528.219/0001-24, cujo objeto consiste na prorrogação da vigência do contrato destinado à Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação, bem como manutenção do circuito fechado de monitoramento por câmeras e dos respectivos softwares, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG., foi devidamente publicado em observância aos princípios da publicidade e transparência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Certifico, ainda, que a publicação ocorreu no Portal da Transparência/Sítio Eletrônico Oficial da Câmara Municipal de José Raydan/MG, na data de 25 de maio de 2026, permanecendo disponível para consulta pública, atendendo às exigências legais quanto à divulgação dos atos administrativos.

Por ser verdade, firmo a presente certidão para que produza os seus efeitos legais, passando a integrar os autos do Processo Administrativo nº 06/2025.

José Raydan/MG, 25 de maio de 2026.

Responsável pela Publicação

Câmara Municipal de José Raydan/MG

DESPACHO DE ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

Processo nº 06/2025
Folha nº 134
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2025

ASSUNTO: Prorrogação da Vigência Contratual e reajuste financeiro– Primeiro Termo Aditivo

DESPACHO

Considerando que foram cumpridas todas as etapas necessárias à formalização do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 04/2025, celebrado entre a Câmara Municipal de José Raydan/MG e a empresa ASSIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.528.219/0001-24, cujo objeto consiste na Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de microcomputadores, impressoras, scanners, notebooks, manutenção e diagnóstico de sistemas operacionais, programas, instalação de recursos de tecnologia da informação, bem como manutenção do circuito fechado de monitoramento por câmeras e dos respectivos softwares, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, verifico que o presente procedimento administrativo encontra-se devidamente instruído.

Verifica-se que foram observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência e continuidade do serviço público, estando a prorrogação contratual regularmente formalizada.

Determino que:

I – seja realizada, caso ainda não tenha ocorrido, a atualização das informações relativas ao aditivo contratual nos sistemas de controle utilizados pela Câmara Municipal e nos demais meios de divulgação obrigatórios;

II – sejam encaminhadas cópias do Termo Aditivo ao Fiscal e ao Gestor do Contrato para acompanhamento da execução contratual durante o novo período de vigência;

III – após cumpridas todas as providências administrativas pendentes, sejam os autos encaminhados ao setor competente para guarda e arquivamento, permanecendo à disposição dos órgãos de controle interno e externo, sempre que solicitado.

Nada mais havendo a providenciar, declaro encerrada a instrução do presente procedimento administrativo, determinando seu regular arquivamento.

José Raydan/MG, 27 de maio de 2026.

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG

Processo nº 06/2025
Folha nº 135
Ass.: Câmara Municipal de José Raydan